

Abril de 2018

96

BIODIVERSIDADE

SUSTENTO E CULTURAS



"Seguimos lutando contra os TLC"

Viva a luta das mulheres!

Sem nossos povos não há agroecologia

Número 96, abril de 2018

Biodiversidade, sustento e culturas é uma publicação trimestral da **Alianza Biodiversidad** orientada a informar e debater sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte da nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina, e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, da diversidade cultural e do autogoverno, especialmente das comunidades locais: mulheres e homens indígenas e afro-americanos, camponeses, pescadores e pequenos produtores.

Organizações coeditoras

Acción Ecológica
notransgenicos@accionecologica.org
Acción por la Biodiversidad
agenciabiodla@gmail.com
Base-Is
mpalau@baseis.org.py
Campana de la Semilla de La Vía Campesina – Anamuri
internacional@anamuri.cl
Centro Ecológico
revbiodiversidade@centroecologico.org.br
CLOC-Vía Campesina
secretaria.cloc.vc@gmail.com
Colectivo por la Autonomía
erobles_gonzalez@hotmail.com
GRAIN
carlos@grain.org
Grupo ETC
grupoetc@etcgroup.org
Grupo Semillas
semillas@semillas.org.co
Red de Coordinación en Biodiversidad
rcbcostarica@gmail.com
REDES-AT Uruguay
biodiv@redes.org.uy

Comitê Editorial

Carlos Vicente, Argentina
Maria Eugenia Jeria, Argentina
Maria José Guazzelli, Brasil
Valter da Silva, Brasil
Germán Vélez, Colômbia
Silvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica
Henry Picado, Costa Rica
Camila Montecinos, Chile
Francisca Rodríguez, Chile
Elizabeth Bravo, Equador
Ma. Fernanda Vallejo, Equador
Evangelina Robles, México
Silvia Ribeiro, México
Verónica Villa, México
Marielle Palau, Paraguai
Martín Drago, Uruguai

Administração

Lucía Vicente
sitiobiodla@gmail.com

Edição

Ramón Vera-Herrera
constelacion50@gmail.com
ramon@grain.org

Design e diagramação

Daniel Passarge
danielpassarge@gmail.com
Amanda Borghetti (Brasil)
amanda.borghetti@yahoo.com.br

EDITORIAL 96

12 razões por que dizemos NÃO ao Acordo de Livre Comércio
Mercosul-União Europeia | *Alianza Biodiversidad*

Diante dos tratados de livre Comércio no Equador, recuperar a palavra é a ordem | *Cecilia Chérrez (Acción Ecológica)*

Equador, histórias do modo de operar de várias instâncias governamentais | *Fernanda Vallejo*

UMA PANORÂMICA E MUITAS VISTAS

“Estamos com as lutas de todas as mulheres e dos povos que lutam”

“Você somente pode achar que o TPP é bom se tiver um interesse ou for muito ignorante”, entrevista com Camila Montecinos
Ignacio Pascual

CNTBio: Novos transgênicos contra o campesinato, a soberania alimentar e a natureza

A agroecologia camponesa e o II Simpósio Internacional:
Fruto dos saberes dos povos originários | *Biodiversidade*

ATAQUES, POLÍTICAS, RESISTÊNCIA, RELATOS

Colômbia: Detalhes da sentença da Corte Suprema que deu direitos à Amazônia | “Com o vigor da juventude, intensifiquemos a luta pela terra e pela vida”: Declaração conjunta do Dia dos Sem Terra, 2018 | Chile: Encontro pelos Rios Livres na Patagônia reforça a necessidade de conhecer experiências e intercambiar estratégias de defesa | México: “Não contamos com o governo para nada”: Declaração dos povos em defesa de seus territórios | China considera aumentar as penalidades contra infrações de propriedade intelectual de sementes | Colômbia: Novo número da revista *Semillas*

Boa parte das fotos deste número foram tomadas por Jerónimo Palomares no estado de Sonora, México, para documentar a atividade agroindustrial que se apossou da região e que monopoliza água, terras e mão de obra, deixando atrás de si uma abundante devastação, e impõe condições laborais precárias, problemas de saúde e uma deterioração brutal do ambiente. Outra série provém do “Primer Encuentro Internacional, Político, Artístico, Deportivo y Cultural de Mujeres que Luchan”, organizado pelas comunidades zapatistas em Chiapas, México, onde companheiras de La Tinta, Radio Zapatista e Subversiones Agencia Independiente de Comunicación (além de companheiras da Alianza que participaram) documentaram amplamente as atividades desses dias de março. A última série provém de fotos que Viviana Sánchez Prada tomou em suas viagens pela Colômbia, em comunidades que resistem e promovem projetos autogestionários, de recuperação e custódia de sementes, mais os projetos e programas agroecológicos que são parte do trabalho do Grupo Semillas, integrante de nossa Alianza Biodiversidad.



Esta publicação foi apoiada pela Fundação Rosa Luxemburgo com recursos do Ministério Federal da Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ).

A foto da capa nos mostra um casal de trabalhadores agrícolas (mulher e homem) que sorridentes enfrentam com integridade o que lhes toca viver. E poderíamos dizer, em que pese tudo o que o sistema agroindustrial tem cometido na região de onde eles vêm e que atinge a vida individual de modo contundente.

Estamos em um momento do mundo em que o sistema agroalimentar mundial vai invadindo cada vez mais espaços para estabelecer monoculturas, ao ar livre ou em estufas, saturadas de agrotóxicos e utilizando uma mão de obra ultra precarizada, inclusive às vezes em condições de semiescravidão. As condições de moradia e saúde impostas

são sumamente precárias, o calor (sobretudo nas estufas) é de 40°C ou mais, e a pulverização dos agrotóxicos é constante (ao ponto de ser um dos grupos mais expostos aos efeitos de envenenamento dos agrotóxicos). Além disto, essas empresas estão acumulando a monopolização das terras, a contaminação das águas (que é outra monopolização), a devastação do solo, das florestas e do ambiente em geral. A obsolescência programada deixa as infraestruturas e instalações como cascas inúteis que infestam os espaços com fantasmas, com ruínas que são o símbolo do destino que está sendo programado para nós, a fim de acumular lucro após lucro.

Para o agronegócio, nada importa: tudo são custos externalizados e a sociedade em seu conjunto pagamos para que as corporações sigam lucrando.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) “o número de trabalhadores ativos na produção agrícola mundial é de 1,3 bilhões de pessoas, o que corresponde a 50% da mão de obra no mundo”. É contundente que enquanto “a força de trabalho dedicada à agricultura representa menos de 10% da população economicamente ativa nos países industrializados, alcança 59% nas regiões menos desenvolvidas”.

Porém é preciso ressaltar que essa população, que trabalha empregada no campo, foi expulsa pelo colapso de sua atividade agrícola, como efeito direto do fluxo de regulamentações e políticas públicas (e suas regras de operação) vindas dos tratados de livre comércio, que estão perturbando a vida das comunidades e dos povos devido às vantagens comparativas que conseguiram impor pela desregulamentação de disposições trabalhistas e medidas de proteção ao ambiente e à natureza.

É que, como já dissemos antes, tais tratados são dispositivos para fugir de responsabilidades e impulsionar os interesses corporativos, onde seu regime de disposições e desregulamentações se instala contra a vontade das populações.

Biodiversidade, sustento e culturas continuará insistindo em documentar as razões das injustiças e os efeitos daninhos diretos para a vida e a sustentabilidade das comunidades rurais e da população urbana, provocados pelos tratados de livre comércio que, além de não serem concluídos, como depois anunciam os “especialistas”, preparam-se para piorar seus termos e condições.

Como se não bastasse, esta situação sistêmica e estrutural de inquietação é particularmente virulenta para as mulheres que, em um número esmagador de casos, são lesadas por uma violência e um assédio contínuos em todos os estratos sociais. ❀



Áreas do agronegócio em Sonora, México. Foto: Jerónimo Palomares

Como se não bastasse, esta situação sistêmica e estrutural de inquietação é particularmente virulenta para as mulheres que, em um número esmagador de casos, são lesadas por uma violência e um assédio contínuos em todos os estratos sociais.

12 razões por que dizemos NÃO ao Acordo de Livre Comércio *Mercosul-União Europeia*

2

Nossa agricultura, nossos bens naturais e nossa alimentação em risco iminente. A possível assinatura do Acordo que os países do Mercosul buscam aprovar de maneira urgente, representa uma ameaça imensa aos nossos direitos conquistados em heróicas lutas populares, à nossa soberania e economia e à possibilidade de nossa integração regional com justiça socioeconômica e ambiental. Compartilhamos aqui 12 razões pelas quais nos opomos – vinculadas à nossa produção de alimentos, nossa soberania alimentar e nacional, e nossos bens comuns – e convidamos a se juntarem ao repúdio à assinatura do Acordo. Fazemos uma chamada à rodada de negociadores em Assunção para que nos mobilizemos como povos para expressar um categórico NÃO ao Acordo em seu conjunto.

1. O Acordo é negociado de forma secreta, e sem consultar a sociedade civil, os parlamentos e as organizações populares dos setores que serão afetados. Os únicos documentos públicos, que não são definitivos e não apresentam a história da negociação (e portanto do processo de concessões mútuas em seu curso), surgiram de vazamentos, entre eles ver Greenpeace Holanda como Mercosul Leaks (<http://bilaterals.org/?-eu-ftas-&lang=es>).

2. O Acordo busca beneficiar as grandes empresas do norte e as elites agroexportadoras do Mercosul, e é disfarçado como um “Acordo de Associação”, enquanto a agenda negociada entre ambos os blocos incorpora os elementos mais nocivos da agenda do livre comércio, que é cada vez menos livre e trata de assuntos cada vez mais amplos do que os comerciais, afetando seriamente a capacidade e a margem de manobra dos governos em matéria de políticas públicas para o bem-estar geral.

3. As elites do Mercosul buscam fortalecer a exportação baseada na pecuária industrial e na soja. Se o Acordo for assinado, serão aprofundados os problemas que o agronegócio já produz na região: desmatamento, expulsão de camponeses, contaminação por agrotóxicos, destruição das economias regionais, perda da soberania alimentar e crescente vulnerabilidade alimentar. Camponeses e camponesas, pequenos produtores familiares, são os que produzem a maior parte dos alimentos regionais. O modelo imposto pelo Acordo impulsiona o controle territorial por parte do agronegócio e aprofundará a violência, criminalização e perseguição que hoje sofrem as comunidades camponesas em toda a região.

4. Nossas sementes serão criminalizadas e privatizadas, e sua troca e livre circulação estarão proibidas. No que se refere à Propriedade Intelectual, negociam-se todos os aspectos relativos à sua regulamentação. No âmbito de sementes, o texto vazado diz: “cada Parte protegerá os direitos sobre obtenções vegetais, em conformidade com o Convênio Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais adotado em Paris em 2 de dezembro de 1961, revisado pela última vez em Genebra, em 19 de março de 1991 (Ata UPOV 1991)”. Isso significa a imposição das Leis Monsanto em todos os nossos países.

5. No capítulo sobre Propriedade Intelectual é imposta a adoção do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (Tratado PCT) que promove a facilitação do patenteamento em escala global. Isso pode significar que seja imposta a possibilidade de patentes sobre a vida, questão que ainda é rejeitada pelas legislações nacionais no Mercosul. O capítulo negociado impõe novas restrições à utilização de dados de testes na indústria farmacêutica, o que poderia repercutir em restrições à produção de medicamentos genéricos, cerceando o direito de acesso à saúde e impondo fortes cargas aos orçamentos nacionais em

matéria de saúde pública, a partir do encarecimento dos remédios disponíveis.

6. As empresas nacionais serão substituídas, já que o capítulo de serviços permite que os investimentos estrangeiros de empresas que estabeleçam suas subsidiárias no país da contraparte estejam sujeitas ao tratamento preferencial que o Acordo oferece. Isso significará um retrocesso: a postura inicial do Mercosul era não negociar em matéria de investimentos.

7. O Acordo restringe seriamente a soberania de nossos países para definir programas e políticas da maior importância, como a adoção de medidas contra a mudança climática, pela segurança e soberania alimentar e pelo direito dos povos originários à consulta prévia e informada. Responde a uma clara vocação de aprofundar o modelo primário exportador, a adoção cada vez maior de compromissos que limitam a implementação de políticas em favor de diversificar a matriz de produção, políticas soberanas de ciência, inovação e pesquisa, promoção industrial e promoção de empreendimentos alternativos e sustentáveis.

8. As empresas europeias poderiam ter acesso às licitações públicas realizadas por entidades governamentais da mais ampla circunscrição territorial. Em matéria de Compras do Estado, as exigências da União Europeia significam impor as condições do Acordo Plurilateral de Contratação Pública da OMC que não foi assinado e, portanto, não obriga nenhum dos países membros do Mercosul.

9. Embora se declarem objetivos de promover a incorporação das

PYMES às cadeias transnacionais de valor, a demarcação da relação birregional nos estritos esquemas do livre mercado torna pouco plausível as afirmações de caráter desenvolvimentista, já em si mesmas fracas. A renúncia às compras públicas como ferramentas de promoção do desenvolvimento produtivo em setores “de indústria nascente” ou de economia social e solidária é um sinal muito negativo para as PYMES e representa uma contradição clara com os objetivos declarados de promover as unidades produtivas.

10. As medidas sanitárias e fitossanitárias seguirão sendo usadas pela UE para impedir o acesso de produtos agropecuários do Mercosul, mais do que como ferramenta legítima de proteção da saúde de sua população. As intensas discussões em torno do capítulo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, refletidas na versão vazada de junho de 2017 e intensificadas, segundo fontes em Bruxelas, nos sugerem que a UE seguirá aprofundando essa tendência.

11. O capítulo sobre Empresas Estatais que a UE incorporou à mesa de negociação fará com que os Estados se comprometam com que suas empresas funcionem sob estritas considerações comerciais, limita a capacidade de que estas incidam em promover os setores da produção e menospreza a função pública em favor do interesse geral que o Estado também deve expressar através de suas empresas. É uma matéria que vem sendo reiterada em diversos acordos de livre comércio da UE, com alguns aspectos comuns em seu conteúdo.

12. Incorporar um capítulo sobre comércio eletrônico in-

troduz outra frente de assimetrias na relação birregional. A obrigação de assegurar o livre fluxo de dados, a proteção dos códigos-fonte e a permanência de regulamentações nacionais o mais frouxas possível para a operação das transnacionais, são elementos estratégicos deste capítulo. Busca-se congelar as condições de superioridade das grandes empresas do norte e aprofundar sua capacidade de concentrar riqueza. A fixação desses padrões não faz mais que aprofundar o oligopólio transnacional na economia digital e deixa pouca margem para construir políticas com alternativas a uma inserção periférica das economias da região no marco da Revolução 4.0.

Destacamos que este acordo é um passo na direção de um Tratado de Livre Comércio ainda mais amplo que, com novos capítulos, implicará em novas ameaças para nossos povos. 🌱

Consideramos que não pode ser aprovado o Acordo de Livre Comércio Mercosul-União Europeia

Documento produzido pela Alianza Biodiversidad, integrada por: Acción por la Biodiversidad, Argentina; REDES-Amigos de la Tierra, Uruguai; Grupo Semillas, Colômbia; Acción Ecológica, Equador; Anamuri, Chile, pela Campanha Mundial das Sementes da Via Campesina América Latina; BASE-IS, Paraguai; COA, Colectivo por la Autonomía, México; CLOC- Via Campesina; Red de Coordinación en Biodiversidad, Costa Rica; Centro Ecológico, Brasil; Grupo ETC, México; GRAIN, Argentina, Chile e México.

Convidamos a que enviem suas adesões a este documento para info@biodiversidadla.org

Recuperar a palavra é a ordem

Cecilia Chérrez (Acción Ecológica)

4

O Equador mudou muito nos últimos dez anos, se considerarmos que as mobilizações populares ocorridas até 2006 foram a força principal que levou ao colapso das negociações do tratado bilateral de livre comércio com os Estados Unidos. A demanda social para cancelar o contrato com a petroleira Occidental pelas irregularidades cometidas por essa empresa, bem como a defesa da água e dos territórios camponeses e indígenas frente à agenda de privatizações e espoliação, foram as principais armas de argumentação das lutas do campo e da cidade contra esse TLC.

Passados alguns anos, o panorama se encontra muito diferente. Em um ambiente de desmobilização quase generalizada, e meses antes de deixar o cargo de presidente do Equador, Rafael Correa decidiu assinar a adesão ao Acordo Comercial Multipartes entre a União Europeia, Colômbia e Peru, acordo este que forma parte da estratégia europeia de ir construindo pouco a pouco sua própria versão do que os Estados Unidos buscou com a ALCA: abertura de mercados à sua produção subsidiada, subordinação normativa e institucional para facilitar a intervenção de seus investidores – protegidos com regras que lhes garantam segurança jurídica –, acesso a territórios para abastecimento de recursos naturais, e uma afinidade geopolítica. De qualquer forma, a aspiração europeia é conseguir um acordo com todo o bloco andino, incluindo Bolívia, e, enquanto isso não acontece, o nome de “acordos multipartes” é conveniente para a União Europeia e foi muito conveniente para o governo equatoriano.

Ainda que Correa tenha afirmado que jamais assinaria um TLC, ninguém duvida na Colômbia e no Peru que seus respectivos Estados trabalham para fortalecer suas próprias agendas neoliberais, como também se tem dúvidas no Chile, México e América Central sobre as intenções desses acordos com a UE.

No caso equatoriano esse fato trouxe graves consequências. Não somente foram sistematicamente burlados os avanços constitucionais em matéria de direitos, mas, além disso, a partir dessa vulnerabi-

lização foram assentadas as bases para uma dependência alimentar, por expor os pequenos produtores a uma condição de marginalidade no mercado, em contradição com o que se postula para defender e fortalecer a soberania alimentar.

No processo constituinte de 2008, as organizações sociais mobilizadas contra o neoliberalismo contribuíram com propostas valiosas, que serviram de base para estabelecer na Constituição princípios, garantias e direitos, entre os quais se encontram os seguintes: a água é um direito humano fundamental, cuja gestão somente será pública e comunitária, e seu uso deve responder a uma prioridade que coloque à frente as necessidades para a reprodução da vida, ao invés de atividades como a mineração ou o agronegócio. É garantida a soberania alimentar para toda a população. Fica estabelecido que o Equador é um país livre de sementes e cultivos transgênicos. A economia social e solidária tem atenção preferencial em âmbitos tais como as compras públicas. A natureza é reconhecida como sujeito de direitos. Em caso de danos ambientais, o Estado atuará de maneira subsidiária e imediata para garantir a saúde e a restauração dos ecossistemas, assim como em relação às obrigações que a reparação integral implica. Não podem ser assinados tratados internacionais que impliquem ceder a jurisdição soberana a instâncias de arbitragem internacional. É reconhecido o direito à resistência frente à vulnerabilização dos direitos. Construir uma nova forma de convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a natureza. O Estado é definido como plurinacional.

Neste contexto regulatório, as negociações com a União Europeia colocaram o governo ante a necessidade de *harmonizar o acordo comercial com a Constituição*, fato exposto por um funcionário que se negou a fazer parte dessa trama. Por fim, graças ao importante controle que o executivo mantinha sobre as instituições do Estado, a Corte Constitucional se pronunciou em tempo recorde favoravelmente ao acordo. A Assembleia Nacional fez o mesmo.



Áreas do agronegócio em Sonora, México. Foto: Jerónimo Palomares

Depois de um ano de vigência do Acordo Comercial já podem ser constatados alguns efeitos. O *compromisso específico* sobre a Propriedade de Terras e Água, no tratado, diz que “As pessoas naturais ou jurídicas estrangeiras não poderão adquirir nenhum título com fins de exploração econômica, terras ou concessões em zonas de segurança nacional. O Equador se reserva o direito de adotar ou manter medidas relacionadas com a propriedade de bens imóveis por parte de estrangeiros nas zonas limítrofes, nas costas nacionais ou em território insular.”

Dito de outra maneira, pessoas naturais ou jurídicas estrangeiras poderiam, sim, adquirir terras com fins de exploração econômica no território nacional, incluindo áreas protegidas e outras áreas frágeis ou territórios ancestrais e terras comunitárias, com a única exceção de zonas de segurança nacional. Da mesma maneira, poderiam, sim, ter a propriedade de bens imóveis no território nacional com exceção das zonas limítrofes, as costas nacionais ou o território insular.

A respeito, o artigo 20 da Lei Orgânica de Terras Rurais e Territórios Ancestrais, publicada no registro oficial de 14 de março de 2016, abre a possibilidade para que empresas estrangeiras privadas participem em projetos agrários de maneira

direta ou em associação com empresas públicas nacionais, empresas de economia mista, empresas privadas ou com associações ou cooperativas comunitárias. Isto dará lugar a uma maior concentração da terra, assim como à expansão de monoculturas. É conhecido o interesse da UE em se abastecer de agrocombustíveis como uma suposta forma de enfrentar a mudança climática através da substituição de uma pequena parte de combustíveis fósseis com biodiesel ou etanol, de maneira que a ampla disponibilidade de terras, como a que é aberta pelo tratado, poderia significar maior expansão das plantações de palma de dendê em zonas de florestas ou de cultivo de alimentos das comunidades camponesas, como já ocorre em outros países da região onde estão em vigência esses acordos com a UE.

Além disso, o compromisso específico mencionado faz referência à propriedade de terras e água, o que faz supor que as terras à disposição dos investidores vão com a água incluída. Isso não lembra a escravidão colonial, quando as fazendas eram negociadas com os índios incluídos?

A água tem para os povos ancestrais o valor de algo sagrado que cura, limpa, faz possível a continuação da vida, por isso está presente nos rituais de

celebração comunitária: para muitos povos, é a mãe água, *yakumama* para os kichwa. Todas, expressões de que a relação dos povos e das comunidades com a natureza é muito diferente da lógica do mercado global.

Apesar da água ser um dos âmbitos mais protegidos na Constituição, durante a elaboração da lei da água e sua regulamentação os interesses privados desvirtuaram os sentidos verdadeiros do que é estabelecido pela Constituição. Por exemplo, a Lei Orgânica de Recursos Hídricos, Usos e Aproveitamento da Água em seu artigo 7 assinala que “A prestação do serviço público da água é exclusivamente pública ou comunitária. Excepcionalmente poderão participar a iniciativa privada e a eco-

te sobre esse artigo da lei se baseou na existência de subprocessos administrativos (emissão de conta, leitura, entre outros), que poderiam ser delegados à empresa privada, sem que isso afete a gestão da água e o saneamento.

Segundo o artigo 173 da lei “O fornecimento de água potável compreende os processos de captação e tratamento da água bruta, armazenamento e transporte, condução, bombeamento, distribuição, consumo, arrecadação de custos, operação e manutenção”. Com este mesmo texto, o artigo 37 da lei refere-se aos serviços públicos básicos. Os subprocessos então são entendidos como as diferentes partes que se encontram dentro de cada um dos processos enunciados neste artigo.



Áreas do agronegócio em Sonora, México. Foto: Jerónimo Palomares

nomia popular e solidária, nos seguintes casos: a) declaração de emergência adotada pela autoridade competente, em conformidade com o ordenamento jurídico; ou, b) o desenvolvimento de subprocessos da administração do serviço público quando a autoridade competente não tenha as condições técnicas ou financeiras para fazê-lo. O prazo máximo será de dez anos, com auditoria prévia.”

Seguindo a análise de Helder Soliz¹, independentemente de a gestão privada ter demonstrado não ser eficiente na prestação de um serviço público que garanta um direito humano fundamental, o deba-

Surpreendentemente, a regulamentação da lei em seu artigo 6 explica que “se entende por subprocessos da administração da água, a distribuição de água potável, rede de esgoto e tratamento das águas residuais”, o que muda completamente a concepção dos processos e subprocessos, e abre a porta para a participação privada na prestação de serviços de água, esgoto e tratamento das águas residuais.

O decreto executivo 582 de 18 de fevereiro de 2015, denominado Regulamento do Regime de Colaboração Público-Privada, permite à iniciativa privada a apresentação de “qualquer projeto

relacionado com os setores estratégicos, serviços públicos ou qualquer outro serviço de interesse geral...”, sem excetuar o setor estratégico da água, nem os serviços de água e saneamento.

Outras normas foram aprovadas, levando em conta a necessidade de se *harmonizar* com o Acordo. A Lei de Sanidade Agropecuária e a Lei de Sementes, ambas de recente aprovação na Assembleia Nacional, também incorporaram vários elementos de interesse para a UE, como é o caso das medidas sanitárias e fitossanitárias nos alimentos, ou em relação ao critério de “qualidade” das sementes através de certificações que deixam de fora as sementes camponesas.

Por outro lado, considerando que a UE é uma potência mundial no setor dos lácteos, é previsível que provocará um impacto enorme na pequena e média produção de leite e queijos, onde se encontram muitas mulheres camponesas; no entanto, essa avaliação ainda não aparece entre os dados oficiais. O que sim é destacado nas avaliações oficiais do primeiro ano de aplicação do Acordo com a UE, é o aumento significativo das exportações de banana e camarão, duas atividades controladas por poderosos grupos econômicos. No caso da banana, as exportações da fruta estão nas mãos de empresas, não só equatorianas, mas também dos Estados Unidos e da UE. É preciso destacar que tanto a banana como o camarão são responsáveis por graves danos às florestas e aos manguezais na costa equatoriana e geram conflitos com as comunidades que perderam suas fontes de sustento, e em muitos casos foram deslocadas de suas terras e territórios. A indústria do camarão e as fazendas bananeiras têm sido insistentemente denunciadas: as primeiras por sua responsabilidade na destruição da maior parte dos manguezais do Equador, e as segundas por manter práticas de exploração trabalhista e gerar níveis alarmantes de contaminação pelas pulverizações aéreas. Com o TLC em curso, sua expansão agrava os impactos descritos, ao mesmo tempo que as autoridades não exercem seu papel de controle e sanção.

Acordo com a UE tem um efeito ainda maior, pois abriu a porta para que esse país andino, que havia se mantido fora das piores amarras neoliberais, negocie outros TLC, onde os Estados Unidos encontram-se em primeiro lugar.

O cenário não pode ser mais ilustrativo: enquanto o lado equatoriano está representado pelo atual ministro do Comércio Exterior, pertencente ao grupo Nobis, um dos mais influentes durante



Comunidade yoreme próxima a Ciudad Obregón, Sonora, México. Foto: Jerónimo Palomares

a *revolução cidadã*, do outro lado o embaixador dos Estados Unidos esclarece que antes de ampliar a relação, o Equador deve resolver vários temas “irritantes” entre os quais estão a propriedade intelectual e vários processos de empresas dos Estados Unidos contra o Equador perante tribunais internacionais.

Há quem afirme que Correa cumpriu o papel de intervir no tecido social e desmobilizá-lo para tornar possível a modernização capitalista no Equador. Tendo sido aplainado o caminho, Lenín Moreno está capacitado para consolidar essa estratégia que inclui colocar à disposição do mercado global a natureza, os territórios e os direitos da população.

Mas desde a profundidade dos povos está cada vez mais claro que tanto um como o outro são *wayrapamushkas*, trazidos pelo vento, uns aparecidos. E aqui se trata de retornar às raízes e voltar a semear a palavra. ✨

¹<https://lalineadefuego.info/2015/04/28/estan-allanando-el-camino-para-la-participacion-de-la-empresa-privada-en-la-gestion-del-agua-y-saneamiento-por-helder-solis-carrion/>

Histórias do modo de operar de várias instâncias governamentais

Fernanda Vallejo

Neste mosaico de histórias, surge o relato de situações em que as comunidades estavam tentando resolver problemas e empreender projetos para melhorar seus modos de vida, e o Estado impediu isto através de regras operacionais que são, no mínimo, desabilitadoras dos esforços individuais e coletivos.

8



Áreas do agronegócio em Sonora, México. Foto: Jerónimo Palomares

Há mais de dez anos elas vêm administrando seu banquinho comunitário. Algum projeto de desenvolvimento entregou-lhes um fundo não reembolsável que elas decidiram continuar. Estabeleceram as regras e as aprovaram em assembleia. Como é difícil contribuir voluntariamente com dinheiro (esse bem escasso nas comunidades), concordaram em ter juros mais altos – assim o fundo cresceria. Há mais de uma década vêm autogerando microinvestimentos familiares: porquinhos-da-Índia, borregos, galinhas, porcos, árvores frutíferas, chiqueiros, galinhei-

ros, o que faltasse para que suas criações e produções gerassem renda. Ninguém mais faria isso por elas, não são sujeitos de crédito, não têm títulos de propriedade, muitas nem sabem ler. Cada mês os pagamentos eram feitos em assembleia e aí já estavam em lista de espera as novas beneficiárias. O dinheiro servia para o que tinha que servir, circulava, não era cabível depositá-lo em instituições financeiras, pois girava. Bastava que a diretoria administrasse e alguma companheira que soubesse, fizesse as contas. Assim chegaram a juntar 20 mil dólares que giravam sem parar, permitindo que

as mulheres fizessem melhorias, resolvessem situações críticas, como gastos funerários ou escolares. Como esse banco, centenas foram formados pelas comunas andinas, todos dirigidos por organizações de mulheres. Um dia, o Ministério de Inclusão Econômica e Social lançou um concurso no qual seria premiado o grupo de mulheres que tivesse o melhor banquinho comunitário. Esse grupo se apresentou e ganhou. Como prêmio receberam 3 mil dólares para incrementar o fundo. Houve fotos, abraços com a ministra, palavras de agradecimento. Pouco mais de um mês depois, uma equipe de auditores se apresentou na casa comunitária pedindo contas ao grupo, informando que a lei obriga que tenham um/a contador/a registrado e formalmente contratado (quer dizer, afiliado ao Seguro Social); que todos os bancos comunitários devem ser registrados perante o Estado e aqueles, como o delas, cujo montante é mais alto, devem apresentar balanços anuais e contar com o respaldo de uma entidade financeira formal: mais ainda, não podem cobrar os juros pois serão acusadas do delito de usura. Se não fazem o que está na lei, incorrem em delito. O prêmio resultou muito caro.

São 6h30 da manhã. Há uma grande agitação entre as comunidades de Toacazo. O único ônibus desse horário se acidentou: há mortos e feridos. Todos são crianças e jovens em idade escolar, que devem tomar aquele único ônibus para chegar à Unidade Educativa do Milênio, no centro paroquial, pois suas escolas interculturais foram fechadas e pela lei devem assistir às aulas lá. Também pela lei, o transporte comunitário é proibido. A principal causa de morte no país são os acidentes de trânsito. Muitos envolvem transportes coletivos, que no entanto têm licença para circular. São as unidades mais velhas e deterioradas que vão para as comunidades. Para o Estado, as caminhonetes comunitárias são as perigosas, ainda que sejam dirigidas por pais, tios, irmãos, amigos dos que são transportados, ainda que tenham apresentado propostas de adequação de seus veículos para melhorar as condições de segurança. O transporte comunitário é ilegal.

A quinoa faz parte da policultura da chácara. Por gerações, as famílias andinas semearam quinoa junto ao milho, feijão, abóbora (*zambo*), e tremoço, ou junto à batata, ervilhas, [e os tubérculos] *oca* e *melloco*. Há quase duas décadas, graças aos contatos e esforços de uma ONG da região, as comunidades encontraram mercado no exterior para sua quinoa. Assim a queriam, orgânica e camponesa. Por quase duas décadas, como fazia muito tempo que não acontecia, o produto recebeu o melhor pagamento no mercado, melhor que a batata, o que quer dizer



9



Áreas do agronegócio em Sonora, México. Foto: Jerónimo Palomares

muito. O bom preço trouxe consigo uma tendência para substituir a produção diversificada pelo monocultivo de quinoa em minifúndio, o que, com o passar do tempo, acarretou o aparecimento de doenças, a desnutrição dos solos naqueles pequenos lotes e o conseqüente declínio produtivo. Apesar disso, seguia sendo um produto “exitoso”. Tanto que foi notado

pelos especialistas. Em uma reunião de apresentação de seu plano e metas anuais, técnicos do Ministério da Agricultura mostravam com orgulho suas constatações e estratégias: a baixa produção da quinoa deve-se ao uso de sementes não certificadas, (sementes livres), mediante nossos técnicos extensionistas chegaremos até a última chácara, de modo que em dois anos não haja família sem variedades melhoradas.

Rosario é beneficiária do Bônus de Desenvolvimento Humano: a cada mês tem que ir a um banco privado e retirar seu dinheiro. Para *simplificar-lhes o processo*, entregam-lhes um cartão de débito. Esse bônus lhe será retirado se ficar comprovado que não mandou seus filhos para à escola, se não foi com eles às consultas no centro de saúde e, curiosamente, se não comprou comida nutritiva, que deve ser adquirida com seu cartão de débito, em uma das cadeias nacionais de supermercados.

María é uma empregada privada de classe média, sua renda familiar a coloca no grupo que compõe a base tributável do Imposto de Renda. Para se beneficiar das isenções no item alimentação, deve coletar notas de alimentos. Desde então já não compra no mercado, nem na feira, nem no armazém. Somente as cadeias de supermercados têm notas.

Homero é o dirigente de um sistema de irrigação. Sua organização arrecada fundos entre os usuários para a manutenção da infraestrutura. A arrecadação permite colocar recursos para o investimento na produção, mas a lei não o permite. Para o Estado, os *regantes* [que usam sistemas de irrigação] não são produtores, nem são financeiras: se quiserem ser, têm que se formalizar, constituindo organizações para cada caso, com as respectivas complicações burocráticas e com a obrigação de vinculação ao sistema financeiro formal.

E mais, para a lei não existem produtores diversificados, para cada item de produção uma organização deve ser constituída. Desta maneira, um *regante* que produz morangos e tomates de árvore, e requer crédito para fazê-lo, deve ser sócio de quatro organizações. Como se fosse pouco, a lei proíbe comercializar em cestos de junco (como fizeram seus pais e ele até agora), devem ser embalados em bandejas de polietileno e lâminas plásticas, do contrário é ilegal. O custo adicional não é incluído no preço final.

Luz faz *quesillo* [queijo fresco] em sua casa, como faziam seus pais e o vende a cada semana nas feiras locais. Sua produção não supera uma dúzia de unidades por semana. Isso está proibido segundo a lei. O regulamento de Boas Práticas de Fabricação

indica claramente o tipo de equipamento que deve ser adquirido para a manipulação de lácteos, recipientes de aço cirúrgico ou inoxidável, água fervida, paredes com isoladores de umidade, rotulagem, etc. etc. O manual é uma transcrição de requisitos para a indústria láctea, trazidos de outros lados. Luz não faz mais que doze *quesillos* por semana. Sem certificação de BPM não pode vender, fazê-lo é um delito. De um dia para outro o que sempre foi um trabalho honrado tornou-se um delito.

A Junta de Regantes há 40 anos administra seu sistema com autonomia. Foram homens e mulheres das comunidades que o construíram em mutirões, choraram a morte de companheiros, porque trazer a água de longe por desfiladeiros e barrancos tem seus riscos. Jamais o estado colocou um centavo, nem assessorou, nem acompanhou nada. Um dia, receberam uma carta do Governo Provincial, exigindo-lhes a apresentação de balanços, documentos que confirmem a contratação de um administrador, planos anuais; segundo dizia a carta, esta documentação lhes permitiria avaliar se existe uma administração adequada do sistema, do contrário eles tomariam o controle da *Junta* pois a lei assim o permite.

Segundo a Lei, as sementes são patrimônio das comunidades camponesas, mas a informação genética é patrimônio do Estado. O Estado assume a tutela sobre as sementes e os saberes comunitários que amorosamente os gestaram.

Todas estas histórias nos falam de estratégias de desabilitação. O capitalismo, suas corporações e cadeias de supermercados não foram capazes por si mesmas de implementar um sistema de eficácia semelhante ao do campesinato, de modo que sua opção mercantil se assenta em retorcer as regras para impedir processos autônomos de produção de alimento, próprio e para a humanidade, como até agora o fazem. As corporações necessitam do saber indígena e camponês, mas subjugado e condicionado.

O Estado, em conluio com as corporações privadas, desenvolveu um acabadíssimo sistema tecnocrático-jurídico para desarticular o comunitário. O Estado se encarrega de impor um mercado por toda a capilaridade da sociedade. Que não fique um canto não capitalista, nem uma só comunidade em pé. As organizações propuseram o Bom Viver, mas os políticos decidiram pelo Bom Consumir.

Talvez por isso, agora que o bem-estar de obsolescência programada atingiu o limite, há um retorno muito forte das golpeadas organizações nacionais às suas comunidades. ✿

Por um feminismo transformador, insubmisso e autônomo, contra o capital e o patriarcado

“Estamos com as lutas de todas as mulheres e dos povos que lutam”

No dia 2 de março comemorou-se o segundo aniversário do assassinato de Berta Cáceres, militante e líder das lutas em defesa do território e da vida digna do povo lenca e hondurenho. Neste mesmo março, a violência patriarcal e do capital voltou a atacar contra a vida de duas companheiras, Marielle Franco, legisladora e militante pelos direitos do povo afro-brasileiro e María Ester Rivero, camponesa paraguaia. Março também nos encontra, as mulheres do campo e da cidade, organizadas e empoderadas, nas ruas e em todos os âmbitos de nossas vidas, denunciando violências, defendendo nossos direitos, nossos corpos e territórios.

Nesta panorâmica visibilizamos, com fragmentos de vários textos cruciais, as violências e a criminalização às quais estamos expostas como “sujeitas feminizadas”, violências que têm uma explicação histórica e que nos convocam, com todas as forças da história das oprimidas, a combatê-las. Levantamos as vozes das mulheres que se fizeram ouvir em todos os rincões do mundo, e afirmamos, junto com as organizações populares, que sem feminismo não existe socialismo!

II





Foto: La Tinta, Radio Zapatista e Subversiones Agencia Autónoma de Comunicación

“O feminismo que concebemos reconhece nossa diversidade cultural e as condições muito diferentes que enfrentamos em cada região, país e localidade; o construímos a partir das lutas diárias que nós mulheres desenvolvemos em todo o planeta, por nossa autonomia, por transformações sociais, pela defesa e proteção da agricultura camponesa, pela soberania alimentar. Este feminismo é transformador, insubmisso e autônomo, construído coletivamente na reflexão e nas ações concretas contra o capital e o patriarcado, é solidário com as lutas de todas as mulheres e povos que lutam...”

Declaração Política V Assembleia de Mulheres da Via Campesina
Euskal Herria, Derio, julho de 2017

As mulheres camponesas, indígenas e negras organizadas na Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo-CLOC/LVC, chamamos a todas as mulheres e homens para a mobilização, ação e luta neste 8 de março de 2018, momento que vem fortalecer a luta feminista com nossas formas de resistência, denúncia e enfrentamento ao capital e ao patriarcado - ao longo da história de nosso continente e onde as mulheres do campo seguimos presentes para fortalecer a luta de

classe - que nos permitam mudar as desigualdades no mundo [...]

As mulheres camponesas nos levantamos em defesa da democracia real e representativa com participação popular e contra os golpes jurídicos, parlamentares e midiáticos.

Levantamos nossas bandeiras em defesa da terra, da água, dos territórios, das sementes e dos bens naturais, denunciando as transnacionais agro-hidro-mineradoras que usurpam, envenenam nossas terras, matam nossos rios, nossas sementes crioulas, destruindo toda a vida por onde passam. Fazemos um chamado especial em defesa da água, bem natural imprescindível para a vida dos seres humanos, para a produção de alimentos e para a vida do planeta [...] O avanço do Neoliberalismo no continente traz em suas entranhas o conservadorismo e o patriarcado, que aumentam a opressão, exploração e discriminação em relação às mulheres, intensificando o tráfico de pessoas, a migração a outros países para trabalhos forçados, precários e vulneráveis às violações sexuais e todas as formas de violência [...] Camponesas e camponeses reafirmamos nosso compromisso permanente com a Campanha de Basta de Violência Contra as Mulheres e nos comprometemos a enfrentar na vida diária esta violência que

ainda persiste nas comunidades, nas organizações e no campo [...]

Somos mulheres camponesas, indígenas e afro-descendentes que construímos caminhos de esperança e de liberação para as mulheres, lutando pelo reconhecimento de nosso trabalho no campo, fundamental para a sobrevivência da humanidade, pelos direitos de preservar e serem reconhecidos nossos modos de vida, nossos saberes, nosso direito de viver no campo, em nossas terras e territórios, o direito de viver sem violência, os direitos de construir a soberania alimentar e nosso feminismo camponês e popular.

Por isso afirmamos e defendemos os direitos que conquistamos e alcançamos com nossa luta e advogamos o reconhecimento e garantia dos direitos que forjamos na resistência e práticas diárias social e historicamente. *CLOC-Via Campesina: Llamado de lucha al 8 de marzo de las mujeres del campo* <http://www.cloc-viacampesina.net/noticias/llamado-de-lucha-al-08-de-marzo-de-las-mujeres-del-campo>

Estamos nas ruas, bairros, mercados, empresas, fábricas, colégios, universidades, sítios, em todas as casas. Estamos juntas e convencidas de que não estamos sós, de que existem mulheres lutando contra tanta violência, contra tanta injustiça.

O 8 de março é um emblema da luta das mulheres pela busca de salários justos e o fim da precarização trabalhista, por uma vida livre de violência, seguindo a luta histórica de tantas e tantas mulheres em diferentes partes do mundo. Não foi fácil, nem será fácil. A denúncia, a resistência e a luta são contra o sistema patriarcal e capitalista, causa de todas as violências e opressões que vivemos, principalmente as mulheres. Não dizemos isso meramente como um tema panfletário ou discurso vazio, estamos falando de todas as formas de violência e discriminação que sofremos por sermos mulheres. Continuando sendo uma luta diária sermos reconhecidas como trabalhadoras, principalmente nas tarefas da casa, no trabalho doméstico [...]

Este ano definimos em plenária que o tema seria: “Se nossas vidas não valem, produzam sem nós”. E mais uma vez saímos para as ruas, naquele dia fechamos uma das principais ruas de Assunção ao meio-dia, fizemos uma rodada de mãos dadas, e ao ritmo de uma batucada de mulheres gritamos nossas consignas e convidamos à marcha central [...]

O Manifesto que foi compartilhado no auge do evento falava das reivindicações das 60 organizações assinantes, recolhendo todas as reivindicações das mulheres do campo e da cidade:

Seguimos as raízes históricas dessa data, quando as mulheres trabalhadoras e as socialistas mudaram o mundo. Hoje os feminismos continuam mudando o mundo e se constituem talvez no principal movimento que questiona as bases fundamentais das sociedades patriarcais, capitalistas, heteronormativas, colonialistas e racistas.

Hoje paramos NÃO para ter “as mesmas condições que os homens” dentro deste sistema. Paramos por um sistema que seja justo e humano para todas e todos, e também para a terra.

Nós lutamos para que nos 365 dias do ano sejamos reconhecidas como pessoas, reconhecidas como trabalhadoras, que seja reconhecido que continuamos tendo jornada de trabalho dupla ou tripla, que continuamos ganhando menos pelo mesmo trabalho, que continuamos sendo violentadas por defender nossos território-corpo e território-terra, continuamos a repudiar os crimes de feminicídios e lutamos pelo fim de todas as violências que nos oprimem, que nos causam dor. As mulheres somos a força transgressora, somos a força que transformará o mundo. Nós lutamos para que todas, todos, todes sejamos livres. *Paraguai: “Nosotras estamos transformando el mundo” 20 de março de 2018* <http://www.cloc-viacampesina.net/noticias/paraguay-nosotras-estamos-transformando-el-mundo>

Enquanto a Paralisação Internacional de Mulheres fazia com que milhares de companheiras ao redor do mundo suspendessem suas tarefas e saíssem em marcha pelas ruas de suas cidades, outras milhares assistíamos ao chamado das Zapatistas.

O encontro aconteceu em “17 de Novembro”, um dos três Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas do Caracol IV “Torbellino de Nuestras Palabras”, Morelia, Chiapas. Esta região, como muitas do México, tem sido e é cenário de lutas camponesas e em defesa dos territórios. No caso zapatista, chegou-se à criação de um governo próprio e à construção da autonomia por meio de ações nas quais a participação das mulheres continua sendo crucial.

O lugar onde se realizou esse encontro internacional, um dos maiores até agora, fez parte de uma fazenda de gado tomada por bases zapatistas. Esse município autônomo foi cenário de uma das maiores ocupações de terras após o levante armado em 1994 [...]

Carolina e Marina são mulheres zapatistas que chegaram do Caracol III La Garrucha. Sua função foi coordenar a organização desse evento junto com outras sessenta companheiras provenientes dos outros caracóis zapatistas. Em entrevista, nos

contaram que se sentiam orgulhosas, assim como suas companheiras, de ter podido organizar esse encontro sem precedentes na história do zapatismo: “é o primeiro que é só para mulheres, foram feitos outros, mas nunca como este, em que não é permitida a entrada de homens porque este encontro é organizado só por mulheres”.

Depois da primeira reunião em julho de 2017, quando se propuseram a realizá-lo, as delegadas levaram a suas comunidades a proposta de realizar o Encontro: “fomos até as aldeias onde estão as companheiras zapatistas. Em cada aldeia perguntando se haveria esse encontro. Então disseram que sim e foi ali que se começou a planejar tudo”.

Em 8 de março as zapatistas apresentaram suas participações, enquanto que nos dias 9 e 10 foram realizadas as atividades das mulheres que vínhamos de diferentes partes do mundo. Mais de duas mil companheiras bases de apoio zapatistas estiveram presentes em cada uma das atividades. A respeito disso, Carolina e Marina nos explicam o trabalho das bases de apoio: “ver vocês e também estar em cada atividade que vocês fazem para ir para as aldeias explicar quais as coisas que viram de vocês, o que foi que apresentaram. Porque nós somos assim, levamos em conta tudo o que vemos e tem que chegar até as aldeias” [...]

A insurgente Érika foi quem leu o discurso de abertura. Acompanhada no palco por outras insurgentes, milicianas e companheiras com cargo nas Juntas de Bom Governo, começou enviando um abraço a Eloísa Vega Castro, das redes de apoio ao Conselho Indígena de Governo (CIG), que morreu quando estava acompanhando a delegação do CIG em 14 de fevereiro passado.

As zapatistas não hesitaram em nos deixar claro que sua palavra é coletiva e que tem impregnada distintas idades, histórias e línguas. Através da voz de Érika, muitas falaram. Recordaram-nos que não só o capitalismo é o que quer nos destruir, mas que também temos que lutar contra o patriarcado, esse sistema que “faz os homens acreditarem e pensarem que nós mulheres somos menos e não servimos”. Mas não só os homens, nos esclarecem as zapatistas, “também há mulheres das cidades que desdenham de nós porque não sabemos da luta das mulheres, porque não lemos livros onde as feministas explicam como deve ser e tantas coisas que dizem e criticam sem saber como é a nossa luta” [...]

As zapatistas sabem que as formas de chamar essas tantas árvores que rodeiam o lugar onde se realizou o Encontro são distintas, e que cada árvore que é parte dessa floresta ou bosque é diferente. Seja como for que chamemos a esse conjunto de árvores, isso



Foto: Sílvia Ribeiro

nos permite pensarmos-nos, as mulheres, “diferentes e iguais” ao mesmo tempo. Partir de que nossas cores, tamanhos, línguas, culturas, profissões, ofícios, pensamentos e formas de luta são diferentes [...]

Carolina e Marina, as coordenadoras entrevistadas, nos disseram: “Vemos que a situação que existe é que muitas mulheres estão sendo assassinadas. Que culpa temos nós como mulheres para que todos os dias nos andem matando. Pois então, por isso melhor fazermos este encontro para ver o que podemos fazer ou se estamos de acordo com que continuem nos matando todos os dias, o que devemos fazer como mulheres. Então, fizemos isto para ver se queremos continuar vivas, pois algo tem que ser feito”. O primeiro, nas palavras das companheiras, é “não nos vendermos, não nos rendermos, não desistir” [...]

Fica a urgência de nos iluminarmos entre nós, compartilhar nossas luzes e levá-las a outras mulheres: “você a leva e talvez depois chegue em teu pensamento que não haverá nem verdade, nem justiça, nem liberdade no sistema capitalista patriarcal. Então, talvez vamos voltar a nos ver para pôr fogo no sistema. E talvez estarás junto conosco, cuidando para que ninguém apague esse fogo até que só restem cinzas”. Até que isso aconteça, até que chegue “esse dia que será de noite”, seguiremos praticando, treinando para saber o mais importante que se necessita. “E o que se necessita é que nunca mais nenhuma mulher, do mundo que for, da cor que for, do tamanho que for, da idade que for, da língua que for, da cultura que for, tenha medo. Porque aqui sabemos bem que quando se diz Já chega!, é quando recém começa o caminho e que sempre falta o que falta”. *La Tinta, Radio Zapatista e Subversiones Agencia Autónoma de Comunicación*. “Una cons-telación de luchas en tierras zapatistas”

As compas zapatistas não nos deram somente sua palavra. Também através de teatro, música, poemas, compartilharam conosco durante o primeiro dia a história de como se tornaram mulheres zapatistas: a exploração, humilhações e violência que sofriam por parte de capatazes, patrões e militares, e como foram se encontrando com outras e outros para se formarem como combatentes zapatistas, para construir o EZLN e a tremenda realidade que são hoje as comunidades zapatistas, com toda sua complexidade, desde educação e saúde autônomas, cooperativas e coletivos, grupos de música e futebol, a formação permanente de todas e todos em assembleias e os vários níveis de participação e decisão desde cada coletivo e comunidade nas Juntas de Bom Governo, que representam em democracia direta a centenas de milhares de habitantes.

Todas as apresentações, longe de serem demagógicas ou discursivas, apresentaram também as dificuldades reais, puseram sobre a mesa os assuntos sobre os quais muitas vezes nos perguntamos: desde o machismo que também existe em culturas indígenas até as dificuldades para participar e expandir suas ações como mulheres, porque os maridos, irmãos e pais resistem a isto. Mas também nos apresentaram uma realidade contundente de como tudo isso tem sido questionado e vem mudando, manifestado por exemplo nas muitas jovens que participaram nos torneios de futebol e voleibol, as que manejavam os sistemas de som, mídia e gravações, as que se expressaram em música, teatro, poemas, trabalhos.

Em todo o mundo, os movimentos feministas e contra o patriarcado foram marcando uma diferença, que vista em perspectiva, é enorme. Talvez seja uma das maiores mudanças de nossa época, desde as mudanças de linguagem e as atitudes sobre as diferenças de gênero e diversidade sexual, até os questionamentos mais profundos sobre o papel do machismo e a discriminação sexual como um dos principais instrumentos do capitalismo e dos sistemas de dominação [...]

Toda a luta antipatriarcal e feminista é um caminho aberto e há muito mais para fazer, discutir, encontrar-nos. E não só para o mundo que queremos e necessitamos. Também porque, ainda que a transformação tenha sido grande, também a violência contra as mulheres é maior do que nunca. E está no contexto de maior violência contra todos os explorados e marginalizados pelo sistema. Neste contexto, esse encontro é ainda mais significativo. Nas palavras de encerramento, as companheiras zapatistas dos cinco caracóis, na voz da companheira Alejandra, nos propuseram que voltássemos a nos reunir, “mas não só aqui em terras zapatistas, como também nos mundos de cada qual, de acordo com seus tempos e modos. Para que se organizem encontros de mulheres que lutam, o como os queiram chamar”. Também que é para nos prepararmos e, “segundo os modos e tempos de cada qual, estudar, analisar, discutir e, se possível, concordar em dar nome a quem é ou a quem são os responsáveis pelas dores que temos”.

Cada uma de nós foi presenteada com uma luz para que “quando te sentires só, quando tiveres medo, quando sentires que a luta é muito dura, ou seja a vida, acende-a outra vez no teu coração, em teu pensamento, em teu ventre. E não fique com ela. Leve-a às desaparecidas, às assassinadas, às encarceradas, às violentadas, às espancadas, às assediadas, às estupradas, às migrantes e às mortas ... Leve-a e diga a todas e a cada uma que não está só, que vais lutar por ela, pela verdade e justiça que sua dor merece ...

Leve-a e a transforme em raiva, em coragem, em decisão. Leve-a e junte-a com outras luzes. Leve-a, e talvez chegue a teu pensamento que não haverá nem verdade, nem justiça, nem liberdade no sistema capitalista patriarcal. Então, talvez, vamos voltar a nos ver para pôr fogo no sistema. E talvez estarás junto conosco cuidando para que ninguém apague esse fogo até só restarem cinzas.” [...] *Silvia Ribeiro, Las luces que llevamos en Los sueños de la razón*, <https://desinformemos.org/las-luces-llevamos/>



Marielle Franco em uma manifestação de #Nenhuma a Menos, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2017.
Foto: Divulgação Marielle Franco

“Temos que transformar nossa dor em luta. Vamos em frente!”, escrevia **Marielle Franco** uns dias antes de ser assassinada. “Hoje, nossa esperança se trinca um pouco. Uma mulher negra, mãe, defensora da igualdade, nascida e criada na Maré foi derrubada”, afirmou em seu comunicado a frente de Mulheres do Partido Socialismo e Liberdade do Brasil (PSOL) em 14 de março passado, dia em que Marielle Franco, vereadora por este partido, foi assassinada a tiros em um bairro central da cidade do Rio de Janeiro.

Defensora dos direitos humanos, negra, feminista, lésbica e filha de uma das maiores favelas do Rio de Janeiro, foi assassinada enquanto circulava em um carro depois de moderar o evento ‘Jovens negras movendo estruturas’ [...]

Três dias antes de sua morte, Franco havia denunciado em redes sociais a violência da intervenção da Polícia Militar em algumas favelas da cidade. “Eu vivo e imagino a cidade a partir de minhas vivências pessoais, subjugadas como a maioria de meus similares por nossa sociedade machista, racial e desigual”.

Marielle Franco foi coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da Alerj (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) entre 2013 e 2016, até ser eleita vereadora em 2 de outubro desse

mesmo ano, a quinta mais votada entre toda as candidatas e candidatos municipais. Dos 51 vereadores eleitos naquele momento, 44 são homens (86,6%), 7 são mulheres (13,4%). Restam apenas 6. Do total, 36 são brancos, 12 são pardos e 3 se declararam negros. Restam apenas dois.

“O mandato de uma mulher negra, favelada, periférica, tem que estar pautado junto com os movimentos sociais, para nos fortalecermos neste lugar político onde habitualmente não nos reconhecemos”, acrescentou frente a todas que assistiam o debate.

Franco defendia o princípio de “ocupar a política e não deixar que façam leis por nós”. Durante um ano e meio de exercício, a vereadora apresentou quase 20 projetos de lei. Um dos poucos aprovados até o momento foi a lei para criar mais maternidades para melhorar a atenção de mães e recém nascidos. Entre os restantes, destacam-se uma campanha permanente contra o assédio e a violência sexual, um estudo com dados da violência de gênero na cidade do Rio de Janeiro, assistência gratuita para reformar casas de famílias de baixa renda, inclusão de um dia de luta contra a homofobia, dia da Mulher Negra, um dia contra a prisão da juventude negra e outro da visibilidade lésbica.

Esta “cria da Maré”, como ela mesma se apresentava, orgulhosa de haver nascido e crescido nessa favela, era uma figura reconhecida, que defendia os direitos das mulheres e da população LGBT com o objetivo de “legislar para os mais subrepresentados” [...] “O corpo é nosso e não são 18 homens que irão decidir sobre nossa escolha. [...] Por isso hoje há uma mulher negra originária da Maré presidindo a Comissão da Mulher na Câmara Municipal”, afirmou contra uma medida que ainda não foi votada [...]

“Temos que gritar para que todos saibam o que acontece. O 41º Batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro está aterrorizando e violentando os habitantes de Acari. Esta semana, dois jovens foram assassinados e jogados em um bueiro. Hoje, a polícia caminhou pelas ruas ameaçando os habitantes. Isso acontece desde sempre, mas com a intervenção militar ficou ainda pior”, denunciou a vereadora no dia 10 de março, duas semanas depois de ser eleita relatora da Comissão de Investigação sobre a Militarização da Segurança no Rio de Janeiro. A finalidade da comissão é supervisionar a intervenção federal que o presidente Michel Temer aprovou em janeiro e que concede o controle completo da segurança do Estado ao Exército com o objetivo de combater o narcotráfico e o aumento da violência na cidade [...]

A praça central da Cinelândia se converteu desde então em foco nevrálgico de constantes manifestações que já somaram até 100 mil pessoas, como a de 20 de março. O grito de Marielle Presente! ressoa ainda nas ruas da cidade, incluindo a via expressa da Linha Amarela que circunda a favela da Maré, lugar que viu Franco nascer e crescer e onde foi convocada, no domingo após sua morte, uma concentração que atraiu mais de 20 mil pessoas. *Luna Gámez, ¿Por qué murió Marielle Franco? 27 de março de 2018*

vendas e ameaçaram as ocupantes. No dia seguinte, dois capangas chegaram ao mesmo lugar e assassinaram María Ester, fugindo em seguida numa motocicleta [...]

A falta de respostas às reivindicações por terras por parte do campesinato são uma das causas fundamentais da agudização da violência no campo. O Estado permanece imóvel e cúmplice dos poderosos interesses do agronegócio; enquanto isto, em contravenção às normas, mais de 63% das terras do Departamento de Canindyú estão nas mãos de estrangeiros



Foto: La Tinta, Radio Zapatista e Subversiones Agencia Autónoma de Comunicación

María Ester Riveros é a primeira mulher assassinada por civis armados no contexto da luta pela terra no Paraguai desde 1989. Foi atacada a tiros na Colonia San Juan Puente Kyha, do distrito Francisco Caballero Álvarez, do Departamento de Canindyú, no sábado, 10 de março passado.

María Máxima Segovia é prima da vítima e é a principal referência da Comissão de Mulheres Paraguaiaias San Juan Poty, que luta dentro da colônia para recuperar os lotes ocupados de forma irregular por sujeitos que não são da reforma agrária, e que hoje estão sendo destinados ao cultivo da soja. Estes lotes mantinham uma ocupação até a sexta feira passada, quando civis armados queimaram suas vi-

que expulsaram camponeses e camponesas, e converteram aquelas terras em um mar de soja transgênica.

Segundo o Relatório Chokokue da Coordenadoria de Direitos Humanos do Paraguai, entre 1989 e 2013, 115 camponeses foram assassinados no contexto da luta pela terra; desde então, até esta data, somam-se 6 outros assassinatos. A de María Ester é a morte violenta número 122 deste extenso massacre de dirigentes e militantes. É alarmante que pela primeira vez seja registrado um assassinato deste tipo contra uma mulher camponesa no contexto deste conflito social [...] Isto demonstra um crescimento da violência contra as mulheres organizadas na defesa de seus territórios [...]



Foto: Silvia Ribeiro

Os “civis armados” são o exército parapolicial do agronegócio, a solução que encontraram os grandes proprietários de terra e o próprio Estado para se desfazer da incômoda resistência camponesa sem ter que responder a protocolos ou denúncias de violação dos Direitos Humanos.

Conforme diz o pesquisador Abel Irala, a maior parte desses casos tem também um caráter de exemplo, “o ou a dirigente é assassinado/a em frente a sua casa, em plena luz do dia e no mesmo lugar em que se disputa a terra”, pois se busca gerar medo na comunidade. O padrão repressivo mudou, os bandidos já não esperam na escuridão das estradas da vizinhança, ao invés agem em plena luz do dia “e com a certeza da impunidade que caracteriza estes casos, a quase garantia de impunidade que oferece o Estado aos bandidos e, principalmente, aos autores morais destes crimes”. *BASE-IS, Paraguay: La desidia estatal agudiza la violencia en el campo*, 12 de março de 2018 <http://www.baseis.org.py/la-desidia-estatal-agudiza-la-violencia-en-el-campo/>

Na recente VII Conferência Internacional da Via Campesina, proposta pela CLOC, falou-se do feminismo camponês e popular, do processo que viveu em sua gestação na América Latina e de sua dinâmica, posto que entendemos que é um processo em construção e em movimento. Para entendê-lo, é importante repassar como se foi incorporando na LVC o gênero e o feminismo ao longo de sua trajetória [...]

Em 1994 ocorreu o I Congresso da CLOC, no qual se percebeu muito pouca presença de mulheres. Foram elas mesmas que reconheceram a necessidade de ser parte do processo de articulação, da tomada de decisões. Também se percebeu a necessidade de

contar com o olhar das próprias mulheres camponesas em relação às temáticas que eram abordadas, como o acesso à terra, sementes, reforma agrária, acesso a créditos, etc. De alguma maneira, o que acontece é uma demanda por paridade e de enfoque de gênero.

Fruto disso, no II Congresso da CLOC em 1997, as mulheres tiveram um espaço próprio, uma assembleia de mulheres para discutir seus assuntos e reivindicações, que lhes permitiu apresentar suas decisões ao conjunto do movimento camponês durante o congresso. Naquele momento foram propostos como temas a paridade e a transversalidade de gênero em todo o movimento.

O debate permitiu uma construção política das próprias mulheres, de liderança, de formação dentro da CLOC. Foram feitos debates profundos e se tomaram decisões a partir de sua perspectiva. São os inícios de um discurso que se converterá mais adiante em uma proposta estratégica [...]

“O feminismo camponês popular é uma construção das mulheres de base apontando nossas demandas e nossas lutas de forma compartilhada”.

Na época, inclusive no âmbito acadêmico, a questão de gênero começou a ter espaço. Tornou-se habitual o debate de mulheres, falava-se de luta de mulheres, etc., mas o que acontece é que o sujeito (as mulheres camponesas) ficam invisibilizadas; estão à margem [...]

As camponesas se dão conta de que existem muitos feminismos, mas com outras perspectivas [...]

Como camponesas, partem também da condição de se sentirem mulheres da classe trabalhadora do campo. O importante para nós, em nosso dia a dia, é não ter acesso às terras, não haver escola, não ter

transporte, não ter acesso à saúde. E é a partir desta realidade que se constrói o feminismo camponês. Partimos da realidade que nós mulheres camponesas vivemos.

Também falamos de feminismo popular porque é um feminismo de construção coletiva. Não é uma proposta que chega de fora, de alguma pensadora intelectual ou de uma determinada corrente de pensamento. É uma construção nossa, das mulheres de base, a partir de baixo, apontando nossas reivindicações e nossas lutas de forma compartilhada.

Neste processo se avança quando todas estamos de acordo com a compreensão da necessidade de um feminismo com identidade própria (a camponesa) e de construção coletiva (popular). E é assim que se assume formalmente na CLOC, no ano de 2015, o sentido do feminismo camponês e popular [...]

Nós dizemos que não pode existir feminismo se não se propõe à transformação da sociedade. Nosso feminismo fala de uma nova relação dos seres humanos com a natureza, que valoriza a agricultura camponesa e questiona o processo de exploração da terra, a monopolização de terras e da água, o extrativismo, quer dizer, questiona a concepção da natureza como um espaço morto e sem vida [...] Trata-se de resgatar e criar novas formas de viver que foram perdidas com a entrada do capitalismo.

No que diz respeito à relação entre os homens e as mulheres, deve terminar a hierarquia de poder nas famílias camponesas, nos espaços organizativos e nos espaços comunitários. É necessário quebrar a sociedade patriarcal em que o homem se considera o chefe da família, o que toma as decisões, o que define o que fazer e o que recebe e administra a compensação econômica, sendo que é toda a família que faz o trabalho produtivo, e as mulheres, além dele, também o trabalho reprodutivo. Este trabalho reprodutivo, de cuidado de meninos e meninas, de anciãos e anciãs, da alimentação, da manutenção da casa...tem que ser compartilhado. Não pode ser um trabalho exclusivo das mulheres [...] O trabalho que realizamos deve ser valorizado não somente no produtivo, como também nos saberes, que permitem cuidar e reproduzir as sementes, por exemplo, ou conhecer o uso das ervas e plantas medicinais como formas alternativas de medicina integral, postas à disposição do cuidado da família e da comunidade [...]

Nós percebemos o feminismo como uma estratégia política mais ampla de transformação estrutural, porque a violência e a desigualdade que vivemos são estruturais. Em nossos debates sempre levamos em conta três eixos que devem estar relacionados de forma intrínseca: capital, gênero e raça. São os

eixos que compõem o sistema de exploração e dominação das mulheres, sobretudo das camponesas, indígenas e negras.

Podemos seguir trabalhando com o gênero, mas sem desvinculá-lo da classe. **O gênero pelo gênero, sem a relação com a classe, não é a luta das mulheres camponesas.** E é ali onde vemos que o feminismo abre portas. Contudo, também podemos nos encontrar com um feminismo que reivindica a luta das mulheres, mas não fala de classe; e por isso nós acrescentamos a terceira palavra: feminismo camponês e popular. Não é feminismo liberal, não é feminismo anarquista, é o feminismo de classe camponesa e popular. *Iridiane Graciele Seibert. Movimiento de Mujeres Campesinas de Brasil, 13 de março de 2018 <https://viacampesina.org/es/feminismo-campesino-y-popular-una-propuesta-de-las-campesinas-para-el-mundo/>*

A Escuela Nacional de Agroecología, Sembradoras de Esperanza, que nasceu em 2015, faz parte de uma rede de mais de quarenta IALAS (Institutos de Agroecologia Latino-americanos) implantados em diferentes contextos rurais da América Latina, que foram criados pela Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC-Via Campesina).

A escola nacional é para 20 mulheres que aprofundam suas competências técnicas e metodológicas, assim como sua análise sociopolítica com enfoque de gênero. As mulheres que participam se empoderam como sujeitas políticas e transformadoras de sua comunidade, com uma visão global e local, teórica e prática, da agricultura camponesa.

A escola incorpora uma visão sociopolítica no quadro da soberania alimentar e do feminismo camponês e popular, para que a médio e longo prazo influa e incida sobre os sistemas agroprodutivos, a partir da função social da terra, garantindo uma alimentação de qualidade, uma agricultura diversificada que combate a mudança climática e permite um tecido social camponês comprometido, com participação jovem e com maior igualdade de gênero. “Temos certeza que a mãe terra somente sobreviverá se conseguirmos conjuntamente, campo e cidade, recuperar identidade e os ofícios que têm sustentado ancestralmente a agricultura e a vida camponesa, ao mesmo tempo que através de centenas de formas criativas nós mulheres continuemos com nosso legado histórico como agricultoras, desenvolvendo nossas capacidades soberanas na produção, cuidado, recreação e criação alimentar...” *Escuela Nacional de Agroecología, Sembradoras de Esperanza – ANAMURI, Chile, <http://www.anamuri.cl/>* 🌱

Você somente pode achar que o TPP é bom se tiver um interesse ou for muito ignorante

Ignacio Pascual

20

Camila Montecinos, agrônoma, integrante da organização GRAIN, da Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas (Anamuri) e participante dos grupos de apoio da Coordenadora Latino-americana de Organizações Camponesas (CLOC), estudou o TPP com afinco, e suas viagens pela América Latina reforçam sua convicção da necessidade de mudanças estruturais autônomas.

Embora esse Tratado Integral e Progressivo de Associação Transpacífico, conhecido como TPP, conste de vários capítulos diferentes, pode-se identificar um objetivo e mecanismos claros para a homogeneização legal. O TPP é uma “espécie de constituição supranacional para os países que o assinam” diz Montecinos, que também prevê os danos de um tratado como este no Chile, um país tão dependente do mercado internacional.

A partir dos tratados de livre comércio com os Estados Unidos, começando pelo TLCAN, estes passam a ter características de cunho político. Seu objetivo é adaptar as leis nacionais, e inclusive os elementos internacionais, para outorgar o máximo de privilégios ao capital transnacional. Dentro dessa nova onda de tratados, o TPP é mais um passo.

Em uma pequena mesa com dois cafés, blocos, cadernos, consultamos o antigo documento oficial do TPP, um tratado que parece ter surgido do nada, e de fato desconhecido pela opinião pública até que, em 2013, Wikileaks vazou o rascunho de uma parte do documento, despertando descontentamento e indignação mundial por seu alcance sem precedentes.

O tratado foi assinado no Chile em 8 de março do presente ano. Dos onze países assinantes (Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Singapura e Vietnã), chama a atenção que o Chile, tendo 26 acordos de livre comércio, subscreva mais um.

Camila Montecinos aproxima a xícara de sua boca e com um gesto, entre

o sabor de seu café e um olhar entre surpresa e vergonha, não tem explicação para tal resolução, “será ignorância, será hipocrisia... não sei se é cegueira. É algo muito estranho, existe uma ignorância muito grave e uma negligência muito grande”.

A análise de Montecinos se centra na organização camponesa e em como seria afetada pelo TPP. Seus anos de viagens, experiências e conhecimentos da realidade latino-americana lhe permitem ir além e consegue ver no TPP a conjugação de vários fatores: a ditadura, a política internacional chilena, a matriz econômica e a soberania alimentar.

Apesar de que o TPP modificaria a realidade nacional em vários aspectos – direitos trabalhistas, direitos de autor, gênero, medicamentos, saúde e previ-



Áreas do agronegócio em Sonora, México. Foto: Jerónimo Palomares

dência – Montecinos insiste em que “se não existe soberania alimentar, mais cedo ou mais tarde nos cortam o oxigênio”, referindo-se à chegada de capitais transnacionais garantidos pelo TPP.

–Como podemos definir o TPP

–É preciso dizer que antes do TPP, os últimos tratados comerciais, partindo da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), já não são tratados comerciais, são tratados que vão muito além, são uma espécie de constituição supranacional para os países que os assinam. Faz muito tempo que deixaram de ser tratados comerciais.

Tradicionalmente, um tratado comercial é um tratado que baixa as taxas, mas acontece que o Chile praticamente já não tem que baixar as taxas. Boa parte do comércio tem taxa zero, então do ponto de vista do Chile, não teria nenhum sentido.

A partir dos tratados de livre comércio com os EUA, partindo pelo TLCAN, já começam a ter outras características, mais de cunho político. Seu objetivo é adaptar as leis nacionais, e inclusive os elementos internacionais, para outor-

gar o máximo de privilégios ao capital transnacional. Entram na esfera política social.

Dentro dessa nova onda de tratados, inclusive o TPP é mais um passo nesse sentido. Se você olhar todos os tratados de livre comércio, verá que foram se aperfeiçoando.

–No Chile, como o TPP afetaria nossa legislação e modo de vida

–*Primeira coisa:* qualquer lei, programa ou iniciativa do governo tem que ser consultada internacionalmente e permitir que as empresas opinem sobre tais mudanças, outorgar um período de seis meses, e logo que a decisão legislativa for tomada, o Estado deve levar em conta as observações internacionais e empresariais. E se não as levar em conta, o Estado deve apresentar uma explicação de caráter econômico e não social. Isso está de forma explícita no TPP.

Segunda: os Estados não podem diminuir os lucros, não podem tomar nenhuma medida que signifique expropriação; a diminuição dos lucros é considerada expropriação.

Qualquer lei, programa ou iniciativa do governo tem que ser consultada internacionalmente e permitir que as empresas opinem sobre tais mudanças, outorgar um período de seis meses e logo que a decisão legislativa for tomada o Estado deve levar em conta as observações internacionais e empresariais. E se não as levar em conta, o Estado deve apresentar uma explicação de caráter econômico e não social. Isto está de forma explícita no TPP.

Todos os TLC significaram um grau de renúncia de soberania, porém o TPP é outro passo.

É uma renúncia profunda e ampla como nunca existiu. É necessário pensar em processos de resistência.

Sem dúvida, hoje é estratégico defender e resistir a capacidade de produzir alimento.

O dia que controlem nossa comida, não teremos nenhuma capacidade de escolha.

A única forma autônoma e soberana de resistir é mudando a matriz agrícola do Chile.

Passando de um sistema industrial de produção de alimentos a um sistema agroecológico camponês. “Com seu sistema agrícola como está, o Chile hoje não tem nenhuma possibilidade de ser soberano em alimentos porque temos o capital muito preso à propriedade da terra.”

Terceira: o TPP exige certeza jurídica de que qualquer privilégio ou propriedade de que tenha um capital, deve tê-lo para sempre. Se tens propriedade sobre a água, é eterna; se tens propriedade sobre as AFP, é eterna. Não é permitida uma reinterpretação que prejudique isto.

Quarta: o TPP redefine a pirataria. Penaliza a cópia de um material se tiver impacto econômico. Posso baixar um filme, vê-lo em minha casa e não vendê-lo para ninguém; porém, se a empresa definir que essa ação significa um impacto comercial, passa a ser penalizado.

Os direitos trabalhistas são redefinidos. Somente são direitos trabalhistas cinco coisas: a eliminação do trabalho forçado, a abolição do trabalho infantil em geral, a eliminação das piores formas de trabalho infantil, a eliminação da discriminação entre homens e mulheres, e o dever de dispor de condições aceitáveis de organização e jornada de trabalho.

Nessa definição não está o direito a greve, férias, aposentadoria, o direito pré e pós maternidade: não existem, são concessões trabalhistas e portanto podem ser eliminadas. Também dizem que existe direito à sindicalização, mas é o direito a um paralelismo sindical.

Quais seriam os impactos em nosso país. Vamos esquecer de expropriar as AFP, esquecer de mudar o sistema educativo, esquecer de melhorias trabalhistas.

–Onde fica a soberania de um país

–Não existe. É uma renúncia profunda e ampla como nunca existiu. Todos os TLC significaram um grau de renúncia de soberania, porém o TPP é outro passo.

É necessário pensar em processos de resistência. Sem dúvida, hoje é estratégico defender e resistir a capacidade de produzir alimento. O dia que controlem nossa comida, não teremos nenhuma capacidade de escolha.

Montecinos argumenta que a única forma autônoma e soberana de resistir é mudando a matriz agrícola do Chile. Passando de um sistema industrial de produção de alimentos a um sistema agroecológico camponês. “Com seu sistema agrícola como está, o Chile hoje não tem nenhuma possibilidade de ser soberano em alimentos porque temos o capital muito preso à propriedade da terra. Do ponto de vista camponês e indígena, é necessário que façam esforços de soberania alimentar para manter a si próprios e para manter certas redes com a cidade, mas é preciso entender que as pessoas no campo estão resistindo, não vivendo”.

–Como foi enfrentado o TPP, ao nível da sociedade civil, em outros países de nosso continente envolvidos neste tratado: México e Peru



Maquinária arroseira em Saldaña, Colômbia. Foto: Viviana Sánchez

–Está passando bem pouco, inclusive menos do que aqui. De alguma forma, as pessoas no Chile se movimentaram e escutaram. No Peru há menos mobilização e no México, menos ainda. Neste momento, o México está mobilizado pelo TLCAN, estão vivendo uma situação muito problemática porque não é somente enfrentar isso, mas também a violência do estado, e não tem havido força para enfrentar o TPP de forma organizada.

–Em qual destes países está mais presente a luta para defender a autonomia alimentar e potencializar a força camponesa

–Eu diria que no México. Do ponto de vista do campesinato, o México é um país excepcional porque ainda tem uma população rural e camponesa muito importante. Graças à Revolução Mexicana o campesinato e os povos originários do México ainda têm uma visão da terra muito importante, a agricultura camponesa é sumamente importante.

No entanto, a agricultura camponesa tem sido terrivelmente prejudicada pelo tratado com os EUA. Mas no México foi possível manter formas de organização camponesas e indígenas. As assembleias de comunidades continuam sendo importantes, têm uma capacidade de defesa, resposta e resistência coletiva que é muito forte.

–Aqui no Chile, em que momento se pode identificar o processo de enfraquecimento da organização camponesa?

–Durante a contrarreforma agrária. Uma das razões para O Golpe foi a reforma agrária e o golpe da ditadura contra o campesinato foi brutal, não somente sangrento, mas também feito com traição. Houve morte, repressão, calotes e abandono. Foi totalmente cortada a assistência técnica e o crédito ao setor reformado, sendo que existiam cooperativas camponesas que funcionavam muito bem no momento do golpe e sofreram intervenção militar, cujo objetivo explícito era desmontar e desmantelá-las.

O pior depois da ditadura foi a política estatal de continuar a contrarreforma. Até o dia de hoje, podemos dizer, existe uma contrarreforma agrária, porque as políticas estatais são absolutamente anticamponesas.

Enquanto não houver novamente uma reforma agrária, o Chile não superará a pobreza e não somente no campo, mas em nível nacional. Sem um campesinato em bom estado, vigoroso e que viva da terra, não existe nenhuma possibilidade de superar a pobreza.

–E qual é o limite entre a assistência estatal e a intervenção sob a sombra desta política “contrarreformista”

–São coisas distintas. Aproximadamente três quartos dos agricultores e agricultoras chilenos/as são camponeses, possuem em média menos de dois hectares por família. Quem pode viver de dois hectares?

Para que se possa exigir às pessoas do campo que possam viver, devem ter terra e não só para produzir, também para viver. Ter lugares onde fazer suas casas e que seja um mínimo agradável, as pessoas também têm direito a isto. Deve haver uma reforma agrária porque não se pode pedir às pessoas que vivam de dois hectares, sobretudo considerando-se que cada vez mais as pessoas têm mais despesas.

Nossa realidade é que 75% da terra no Chile pertence a menos de 1% dos proprietários, estamos com a terra mais concentrada do que antes da reforma agrária (1967). Somos, junto com o Paraguai, o pior país em distribuição de terras na América Latina e no mundo, tão mal assim estamos.

Demonstrou-se com estudos não somente no Chile, como no mundo todo, que a agricultura camponesa é mais produtiva que a agricultura de grande escala. Na América Central, a produção camponesa é três vezes mais produtiva que a de grande escala. Na Europa, também a produção é maior em uns 30%. Na África a agricultura camponesa é duas vezes mais produtiva do que a grande propriedade.

Uma das razões para dar O Golpe foi a reforma agrária e o ataque da ditadura contra o campesinato foi brutal, não somente sangrento, mas também feito com traição.

Houve morte, repressão, calotes e abandono. Foi totalmente cortada a assistência técnica e o crédito ao setor reformado.

No momento do golpe existiam cooperativas que funcionavam muito bem e sofreram intervenção militar.

O objetivo foi desmontá-las.

Desmantelá-las.

O pior depois da ditadura foi a política estatal de continuar a contrarreforma.

Até o dia de hoje, podemos dizer, existe uma contrarreforma agrária, porque as políticas estatais são absolutamente anticamponesas.

Uma opção é a agroecologia porque foi demonstrado que permite chegar a níveis altos de produção sem prejudicar a terra. Permite protegê-la e proteger a natureza, mas também permite ter altos níveis de produtividade, e o mais importante: permite que se produza alimentos de boa qualidade sem endividamento. Hoje, as dívidas são um dos grandes problemas que o campesinato tem.

Então o olhar a partir das organizações é a redistribuição da terra para uma produção camponesa de base agroecológica. E tudo indica que morreríamos de rir em termos da produção de comida para o mundo, se o grosso da terra voltasse para mãos camponesas.

Tudo indica que a pequena propriedade tem essa capacidade para ser mais produtiva, porque há mais dedicação, maior conhecimento, muito mais cuidados e é muito mais diversificada.

Uma opção é a agroecologia porque foi demonstrado que permite chegar a níveis altos de produção sem prejudicar a terra. Permite protegê-la e proteger a natureza, mas também permite ter altos níveis de produtividade, e o mais importante: permite que se produza alimentos de boa qualidade sem endividamento. Hoje as dívidas são um dos grandes problemas que o campesinato tem.

Então o olhar a partir das organizações é a redistribuição da terra para uma produção camponesa de base agroecológica. E tudo indica que morreríamos de rir em termos da produção de comida para o mundo, se o grosso da terra voltasse para mãos camponesas.

Além disso, a agroecologia tem um *plus* extremamente importante, e é que todos os estudos que fizemos demonstram que seria um fator central não somente para parar a mudança climática, mas também para revertê-la, porque a agricultura agroecológica permite capturar muito carbono, aumentar a cobertura vegetal e baixar as emissões de gases.

Ao contrário, o sistema alimentar agroindustrial e tudo o que ele significa, quer dizer, as embalagens, o transporte, o lixo (o fato de estarmos comendo manga, de estarmos comendo tomates o ano inteiro), esse sistema em seu conjunto, produz entre 50 e 75% de todos os gases de efeito estufa.

O lixo hoje produz entre 4 e 5% dos gases de efeito estufa, as embalagens também se aproximam a 4%. Então, se você muda este sistema por um em que não tenha que utilizar fertilizantes, em que gaste muito menos em petróleo, e ainda reincorpora carbono ao solo, trabalha com mercados de circuito curto, em que a exportação é uma coisa excepcional e necessária, você consegue reduzir e absorver os gases de efeito estufa.

Não devemos esquecer que aqui temos um grande e grave problema, que é o capitalismo. Se não começarmos a

ver o capitalismo como a fonte do problema, vamos estar tomando sopa com o dedo, muito pouco vai adiantar.

-Como se relaciona, então, o TPP com a soberania de um país. Quais elementos do TPP vêm frear esses processos e que ferramentas legais ele possui

-O que o TPP faz é dizer ao capital “podem entrar onde queiram e como queiram”. Abre-se a economia, não existe nenhum elemento da economia chilena que fique de fora, inclusive as empresas estatais terão por força, vão ter que se abrir de uma ou outra maneira.

Então, o capital vai investir onde é mais rentável, se a agricultura é rentável, investirá ali, mas se a agricultura não for rentável, não colocarão dinheiro ali.

E é preciso lembrar que o TPP acaba com muitas das regulamentações que existem para os chamados “capitais voláteis”, capitais que entram, fazem investimentos e saem. Hoje o Chile tem regulamentações que não permitem fazer isso. Com o TPP essas regulamentações se perdem: a entrada e saída de capital vai ser bem mais liberada.

O que vai acontecer do ponto de vista do investimento do capital na agricultura não sabemos. O que, sim, sabemos é que não vamos estar sujeitos às necessidades nacionais e sim às necessidades do capital.

-Então por que os EUA se retiram, se este tratado dá garantias ainda maiores aos grandes capitais

-Donald Trump não se retira porque não crê no livre comércio, o que está fazendo é pedir ainda mais do que o TPP lhe dá e é o mesmo que está fazendo com o TLCAN.

Já existe uma série de estudos e textos acadêmicos que especulam que, na próxima onda de tratados deste tipo, eles nem sequer serão recíprocos. Os grandes países já estão pedindo elementos não recíprocos, porque dizem que com o fato de investir nos países já está sendo feito um favor à sua economia. Portanto aqueles países têm que lhes dar mais. Não me surpreenderia que



Áreas do agronegócio em Sonora, México. Foto: Jerónimo Palomares

em uma situação futura com os EUA viesse um tratamento não recíproco.

É um fato que o TPP será assinado no Chile e frente a esta situação os passos a seguir institucionalmente são, após a assinatura, a ratificação pelo congresso e, a seguir, a entrada em vigor.

O período que um tratado de livre comércio possui para poder ser ratificado, após sua assinatura, é de dois anos, quer dizer que o próximo governo tem dois anos para tramitar a ratificação do TPP no congresso.

Para o caso específico do TPP, este acordo entrará em vigência quando seis dos onze países assinantes o ratifiquem, aplicando-se a tais países e, depois, incorporando aqueles que posteriormente ratificarem e aderirem ao tratado.

Para Montecinos é possível parar a ratificação deste tratado no Congresso devido à profunda renúncia à soberania que ele representa. “Qualquer pessoa comum quando escuta a respeito deste tratado ficará indignada e este é para mim o principal fator. É um tratado muito daninho para todos os aspectos de nossa vida. Você somente pode pensar que o TPP é bom se tiver um interesse ali ou se for muito ignorante”.

Camila Montecinos vê neste tipo de mecanismos de aprovação com partici-

pação cidadã nula, uma construção que não é por acaso. “Os governos buscam que não fiquemos sabendo, que sejamos ignorantes, e essa ignorância não é ao acaso. Que sejamos um povo não mobilizado é decorrente de uma ignorância construída. Para aprovar os TLC hoje é necessário que sejamos um povo ignorante, o segredo é uma ferramenta para nos manter na ignorância. Por isso é que o TPP se assina em segredo”, acrescenta.

Depois de uma última pergunta, fica uma sensação de abandono e de incredulidade frente a um Estado que parece se esmerar mais para estar à altura de padrões internacionais, sem medir as consequência que isso possa ter para o povo chileno.

–Hoje o TPP pode ser freado pela pressão social se esta se institucionalizar?

–Para poder considerar isso, dependemos do Tribunal Constitucional (TC) e o TC é uma vergonha. A única possibilidade, se o TPP for ratificado, é recorrer ao tribunal constitucional e isso não vai acontecer. Seria um sonho ingênuo. 🌿

Tirado de rebelión.org <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=239068>

Este acordo entrará em vigência quando seis dos onze países assinantes o ratifiquem, aplicando-se a tais países e, depois, incorporando aqueles que posteriormente ratificarem e aderirem ao tratado.

É possível parar a ratificação deste tratado no Congresso devido à profunda renúncia à soberania que ele representa.

É um tratado muito daninho para todos os aspectos de nossa vida.

Novos transgênicos contra o campesinato, a soberania alimentar e a natureza

26

No dia 22 de janeiro de 2018 entrou em vigor uma resolução normativa da CNTBio (Resolução Normativa 16/2018) que decide como considerar uma série de novas biotecnologias que usam engenharia genética, porém com formas diferentes dos transgênicos que já conhecemos (como milho e soja resistentes a agrotóxicos). Estas novas estratégias para manipular geneticamente plantas e animais podem ou não inserir novo material genético nas sementes ou em seus descendentes. Com a nova normativa, a CNTBio pode decidir que organismos produzidos com essas biotecnologias não são considerados transgênicos ou OGM (organismos geneticamente modificados) e, portanto, não necessitam cumprir com a regulamentação de biossegurança. Também estabelece um canal legal para permitir a liberação no ambiente dos chamados “condutores genéticos”, uma tecnologia de alto risco, que propõe extinguir espécies inteiras, inclusive silvestres.

A nova normativa é muito grave porque:

1. Abre a porta legal para que sementes, insetos e outros organismos, e produtos alterados geneticamente com novas biotecnologias não sejam considerados OGM (organismos geneticamente modificados) e, portanto, a CNTBio poderia decidir que podem ir para o campo e para os mercados sem avaliação de biossegurança, sem regulamentação e sem rotulagem.
2. Especialmente grave e alarmante é que uma dessas formas de novas biotecnologias são os chamados condutores genéticos ou sistemas de redirecionamento genético (*gene drives*, em inglês). São organismos manipulados geneticamente para enganar as leis naturais da hereditariedade, para conseguir que uma característica genética seja forçosamente herdada, e que poderiam ser usados para extinguir toda uma espécie, vegetal ou animal. O Brasil é o primeiro país do mundo que estabeleceu canais legais para a liberação desse tipo de alteração genética que é extremamente perigosa e que pode ser usada em cultivos, e para modificar geneticamente plantas e animais silvestres.

Quem se favorece com essa normativa. As mais favorecidas são as empresas de agronegócios e as transnacionais de transgênicos, porque podem invadir campos e mercados com seus novos produtos manipulados geneticamente sem ter que passar pelos mecanismos de avaliação e regulamentação ou rotulagem, dessa maneira ganhando tempo e aumentando os lucros. Podem inclusive enganar os consumidores, dizendo que seus produtos são “naturais”, como fizeram nos Estados Unidos com suas substâncias derivadas de micróbios engenheirados com algumas dessas tecnologias.

Além disso, com a técnica de CRISPR e de condutores genéticos, empresas como a Monsanto e DuPont, que já têm a licença para essa tecnologia, esperam poder fazer com que as plantas invasoras (silvestres) tenham mais suscetibilidade a seus agrotóxicos. Já existem muitas invasoras que são resistentes ao glifosato, por exemplo. Com essa tecnologia, esperam poder seguir vendendo este veneno.

Também esperam poder manipular novas espécies de sementes e plantas para ampliar seus mercados transgênicos. Tudo isso às custas da biossegurança e da saúde do meio ambiente, das pessoas e dos animais.

Impactos potenciais das novas biotecnologias. Os transgênicos são organismos nos quais se inserem genes que não existiam naturalmente num determinado organismo vivo, sejam da mesma espécie ou de outra espécie. As chamadas novas biotecnologias, por exemplo: CRISPR, técnicas que usam RNA para ativar ou silenciar genes, Mutagênese Sítio Dirigida e outras, podem manipular o genoma inserindo novos genes ou não, mas sempre alterando as funções naturais do organismo.

A CNTBio dá a elas o nome de Técnicas Inovadoras de Melhoramento de Precisão (TIMP), que englobam as chamadas Novas Tecnologias de Melhoramento. Não são aplicáveis somente a plantas, são técnicas para também modificar microorganismos, insetos e animais.

As empresas também chamam essas técnicas de “edição genômica”, para dar a impressão de que



Foto: La Tinta, Radio Zapatista e Subversiones Agencia Autónoma de Comunicación

se trata apenas de uma pequena mudança em um texto, tentando afastar esses novos OGMs da ampla resistência que camponeses e consumidores de todo o mundo desenvolveram contra os transgênicos.

Com essas técnicas de manipulação de genomas pode-se, por exemplo, fazer plantas que sejam tolerantes a agrotóxicos (igual aos transgênicos anteriores, mas com outra técnica), ou que ervas invasoras que se tornaram resistentes voltem a ser afetadas por agrotóxicos (para seguir vendendo mais agrotóxicos), mudar os períodos de maturação ou floração (para facilitar a colheita industrial), ou que micróbios e plantas produzam substâncias que normalmente não produziam, e que são valiosas para as indústrias.

Afirmam que tais técnicas são mais precisas que os transgênicos anteriores. No entanto, ainda que as técnicas possam ser mais precisas quanto ao lugar onde modificam o genoma, continua existindo uma grande incerteza sobre como essas mudanças afetam o resto do genoma, o que pode levar a novos efeitos imprevisíveis e indesejáveis. Já se sabe que em muitos casos, várias dessas técnicas têm efeito fora do alvo (*off-target*) e isso leva a que as plantas e/ou produtos que se derivem dos organismos manipulados possam ter efeitos alergênicos e outros, que afetam o crescimento das plantas e também a saúde humana e animal.

Além disso, existem outros efeitos dos transgênicos que já conhecemos, tais como viabilizar o aumento de agrotóxicos, afetar as sementes crioulas e estarem patenteados por grandes empresas.

Impactos dos condutores genéticos (*gene drives*).

É a primeira vez que se fazem transgênicos para liberar em ambientes silvestres, visando modificar não apenas espécies cultivadas, mas para que se reproduzam agressivamente na natureza. É uma forma de engenharia genética que usa a tecnologia CRISPR-Cas9 para conseguir que as características genéticas inseridas em um organismo passem necessariamente para toda a próxima geração, e não somente os 50% correspondente a cada genitor, como seria normal. Se a manipulação é para que se produzam somente machos (tentam isso com plantas, mosquitos e ratos), toda a população – ou inclusive toda a espécie – poderia extinguir-se rapidamente. Uma certa quantidade de organismos modificados pode ser lançada em um campo ou ecossistema e gradualmente modificar todos os que se cruzem com os organismos modificados, até atingir toda a população.

Por isso, é considerada pelas Nações Unidas como uma arma biológica. O principal financiador para pesquisas sobre condutores genéticos é o Exército dos Estados Unidos, seguido pela Fundação Bill e Melinda Gates.

Os que promovem a tecnologia dizem que é para eliminar pragas, por exemplo o mosquito que transmite a malária, ou plantas invasoras. No entanto, quem define o que é dano ou praga? Para a agricultura industrial e os agronegócios, tudo o que estiver vivo em um campo, afora o cultivo que eles querem vender, é dano. Que consequências teria a

eliminação de toda uma população de um ecossistema que co-evoluiu com ela, ou inclusive a favoreceu como reação a outros desequilíbrios? O que acontece com outros organismos que se alimentam dessa espécie? Quem tem o poder para decidir eliminar toda uma espécie? Ainda que a técnica possa ou não funcionar – é experimental – poderia causar grandes desequilíbrios. Por isso, 160 organizações de todo o mundo, incluindo a Via Campesina Internacional, reivindicaram que o Convênio sobre Diversidade Biológica aplique uma moratória a essa tecnologia.*

Nem mesmo os Estados Unidos permitiram a liberação de nenhum organismo desse tipo, porque uma vez que esteja no ambiente, não sabem como pará-lo.

Com a resolução da CNTBio, o Brasil seria o primeiro país que permite liberar essa perigosa tecnologia. E com uma regulamentação simplificada! O Brasil também é o único país no mundo que, graças à CNTBio, permitiu repetidos experimentos com

bilitaria eliminar as espécies de plantas que fossem resistentes a seus agrotóxicos, ou fazer com que essas ervas voltem a ser suscetíveis aos agrotóxicos, e assim seguir aumentando seu uso. Já são várias as transnacionais de transgênicos que têm a licença da tecnologia CRISPR-Cas9.

As organizações camponesas, os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil e de consumidores rejeitamos energicamente a normativa 16/2018 da CNTBio que pretende legalizar e liberar sem regulamentação, avaliação e rotulagem, novos transgênicos que terão um impacto sobre os/as camponeses, a soberania alimentar, a saúde e o meio ambiente. Denunciamos e rejeitamos que a CNTBio pretenda legalizar também a liberação de “condutores genéticos”: transgênicos que poderiam ser usados para extinguir espécies, e como armas biológicas, cujo principal financiador é o Exército dos Estados Unidos e que não são permitidos em nenhum outro país do mundo, devido à sua alta periculosidade. 🌿

7 de fevereiro de 2018



Foto: La Tinta, Radio Zapatista e Subversiones Agencia Autónoma de Comunicación

mosquitos transgênicos. Embora tais experimentos não tenham nenhuma validação de que sirvam para combater doenças, isso o faz ser visto como um país onde se poderiam liberar mosquitos com condutores genéticos, devido à facilidade para conseguir a aprovação das autoridades.

Mas o principal interesse comercial nos condutores genéticos vem dos agronegócios, porque possi-

do Campo-MTC. Comissão Brasileira de Justiça e Paz-CBJP. Articulação Nacional de Agroecologia-ANA. Associação Brasileira de Agroecologia-ABA. Terra de Direitos-Organização de Direitos Humanos. Centro Ecológico-Assessoria e Formação em Agricultura Ecológica.

* (<http://www.etcgroup.org/es/content/160-global-groups-call-moratorium-new-genetic-extinction-technology-un-convention>)

Articulação Nacional dos Trabalhadores. Trabalhadoras e povos do campo, das águas e das florestas (articulação do campo unitário). Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST. Movimento dos Atingidos por Barragens-MAB. Movimentos pela Soberania Popular na Mineração-MAM. Comissão Pastoral da Terra-CPT. Associação Brasileira de Reforma Agrária-ABRA. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG. Movimento Camponês Popular-MCP. Articulação no Semiárido Brasileiro-ASA. Movimento dos Pequenos Agricultores-MPA. Movimento das Mulheres Camponesas-MMC. Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais-MPP. Conselho Indigenista Missionário-CIMI. Pastoral da Juventude Rural-PJR. Movimento dos Trabalhadores

Fruto dos saberes dos povos originários



Sementes de Riosucio Caldas, Colômbia. Foto: Viviana Sánchez

Na Abertura do II Simpósio Internacional sobre Agroecologia, convocado pela FAO em Roma de 3 a 5 de abril, a Via Campesina se manifestou plenamente com um ponto crucial: “sem nossos povos não existe agroecologia”, porque de fato, sem os saberes e práticas agrícolas ancestrais que são um legado das comunidades indígenas, não haveria isso que hoje chamamos de agricultura agroecológica.

Participaram do encontro cerca de 400 pessoas, entre responsáveis por políticas e representantes governamentais, profissionais da agroecologia, pesquisadores e acadêmicos, e pessoas da sociedade civil. A Via Campesina participou com uma ampla representação de organizações camponesas de 13 países, da África, Ásia, América e Europa.

Segundo seus objetivos expressos, o centro do simpósio era impulsionar a agroecologia – do diálo-

go às atividades regionais e nacionais – e oferecer a oportunidade de trocar ideias e experiências, e analisar políticas e ações que apoiem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da FAO.

No âmbito de políticas da FAO, e segundo a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, existe a exigência de transformar “os sistemas alimentares e agrícolas integrando três dimensões: ambiental, social e econômica”, e requer que as pessoas sejam “agentes críticos do processo de mudança”.

Segundo a *Iniciativa para ampliar a escala da agroecologia e transformar a alimentação e os sistemas agrícolas*,¹ documento que foi apresentado durante o Simpósio Internacional, “A agroecologia é a chave para transformar os sistemas alimentares e agrícolas. Existe um conjunto crescente de evidências científicas e experiências locais que

demonstram como ela facilita e contribui para as transições a sistemas alimentares e agrícolas ambientalmente sustentáveis, economicamente justos e socialmente equitativos”. No documento da FAO, a agroecologia “aborda as dimensões ambiental, econômica e social dos sistemas agroalimentares e busca soluções inovadoras e integrais [holísticas] para os problemas interrelacionados da pobreza, fome e desnutrição, abandono rural, degradação ambiental e mudança climática”. Segundo a FAO, esta agroecologia “reconhece e reúne o conhecimento e a experiência de diversos atores, incluindo mulheres, jovens, agricultores, pescadores, pastores, comerciantes, consumidores, responsáveis políticos, cientistas e cidadãos”.²

Isto significaria, simplesmente, que a agroecologia é vista pela FAO como uma ferramenta que contribui diretamente a diversos ODS: erradicar a pobreza e a fome, assegurar uma educação de qualidade, alcançar igualdade de gênero, incrementar a eficiência do uso da água, promover um trabalho decente, assegurar a produção e o consumo sustentáveis, aumentar a resiliência econômica e frear a perda da biodiversidade”.³

Na abertura do Segundo Simpósio Internacional de Agroecologia da FAO em Roma, a sociedade civil em nível global foi representada (com um discurso no plenário) por Rilma Román, delegada da Via Campesina e integrante da Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP) de Cuba, que faz parte da Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC) e da Via Campesina.

Rilma Román impulsionou o crescimento e a multiplicação da agroecologia em toda Cuba, conseguindo a organização social dos territórios mediante a metodologia de aprendizagem horizontal “de camponês a camponês”, um movimento agroecológico dentro da ANAP que, em apenas 15 anos, conseguiu que a metade do campesinato cubano praticasse agroecologia.

“A agroecologia não é algo novo. É fruto da sabedoria dos povos originários que é fortalecida hoje com o resgate de práticas e inovações camponesas, o cuidado da Mãe Terra e a produção de abundantes alimentos saudáveis para nossos povos”, afirmou Rilma com toda a clareza durante seu discurso, e salientou que os movimentos sociais e a sociedade civil organizada têm uma visão comum da agroecologia, construída no encontro de soberania alimentar em Nyéléni, Mali, em 2015, e insistiu: “este tipo de agricultura é o *legado* que nos deixaram nossos ancestrais: a agroecologia camponesa e popular aviva e gera saberes locais, promove a identidade

camponesa e indígena, e fortalece a economia local camponesa, promovendo a justiça social. É uma alternativa poderosa frente ao modelo alimentar industrial que gerou uma crise econômica, política, social e ambiental. Não é unicamente uma forma de produzir, nem um conjunto de técnicas, é um modo de viver que se adapta a cada lugar, a cada território e a suas características sociais e ambientais únicas”.

Também ressaltou o papel vital das mulheres na produção de alimentos, nos cuidados cotidianos e em promover uma agricultura agroecológica: “As mulheres são protagonistas ativas em nossa agroecologia”, afirmou. Também salientou que “a agroecologia é política, e significa o direito à água, à terra, às sementes, e aos outros bens naturais”. “Para nós, mulheres e homens,” disse, “crescimento ou multiplicação significa ter cada vez mais camponeses e camponesas praticando agroecologia em mais espaços, e em territórios camponeses completamente agroecológicos”. A agroecologia dos povos promove valores compartilhados, não utiliza transgênicos nem agrotóxicos ou outras tecnologias daninhas. “É construída e compartilhada através do diálogo de saberes, mediante uma educação popular, na metodologia de camponês a camponês, e nas escolas camponesas de agroecologia, construídas e dirigidas pelas próprias organizações e movimentos sociais”, enfatizou.

Também denunciou a onda alarmante de criminalização das e dos lutadores sociais que inclusive são assassinados por defender seus territórios. “Reivindicamos paz ao mundo. Com guerra não podemos fazer agroecologia”, ressaltou.

Rilma Román resumiu a história do êxito nacional do movimento agroecológico em Cuba, com o qual foi possível enfrentar o bloqueio econômico de 60 anos imposto pelos Estados Unidos – graças ao apoio que o governo cubano historicamente tem dado ao campesinato, com políticas públicas e com um processo de reforma agrária popular amplíssimo.

Essa história começou com a fundação da ANAP em 17 de maio de 1961 “por vontade e decisão expressa do campesinato cubano, como a organização de massas dos cooperativistas, camponeses e seus familiares, cujos interesses econômicos e sociais correspondem ao desenvolvimento harmônico da construção do Socialismo; suas projeções estão baseadas e orientadas para o cumprimento da política agrária da Revolução” e agora conta com 4.331 organizações de base que agrupam 331.874 associados, dos quais 35.971 (11%) são mulheres, segundo dados de seu próprio site eletrônico.⁴

Rilma enfatizou: “Somos camponeses e camponesas felizes e conseguimos envolver mais de

300.000 famílias camponesas na agroecologia (a metade do campesinato cubano), com grande impacto na produção de alimentos” e na construção da soberania alimentar.

Não deixou de alertar sobre as tendências corporativas mundiais que, a fim de manter o controle da agricultura e da alimentação sem deixar espaço para a agricultura independente, assumem um discurso agroecológico para capturar a narrativa da sustentabilidade.

Rilma Román disse: “Sem nossos povos não existe agroecologia! A agroecologia é construída por nossos povos e organizações, em nossos territórios”.

Antes do Simpósio, membros da sociedade civil se reuniram com o diretor geral da FAO, José Graziano da Silva, e expressaram preocupação pelas tentativas do agronegócio e das transnacionais de cooptar técnicas da agroecologia e “se pintar de verde”.

José Graziano respondeu que não era para se preocupar com os agronegócios pois “nem sequer são uma categoria de análise” e que “a agroecologia terá que sair do gueto e ser assumida na corrente principal”, deixando de ser marginal. Outro funcionário da FAO comentou que “o setor privado também está definindo a agroecologia e não podemos parar isso”.

A realidade é que para a sociedade civil participante no encontro é central a preocupação por este “roubo” do relato agroecológico, por sua mercantilização por parte das corporações. É fato que para a grande maioria, a agroecologia verdadeira tem um sujeito social que é o campesinato, são os povos originários, os pastores nômades, as comunidades que se dedicam à pesca artesanal e à agricultura urbana e outros produtores de alimentos em pequena escala.

Gilbert Hougbo, presidente do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), mencionou que “os pequenos agricultores produzem mais da metade de todos os alimentos do mundo em apenas 30% da terra. E têm a capacidade de produzir muito mais”. E pediu para mudar o paradigma “para não ver a natureza como ameaça”, pois a agroecologia “é uma forma de combater a atual perda de biodiversidade e promover dietas saudáveis, por isso insistiu em apoiar projetos de alcance global com investimentos e políticas”.

O ex-ministro francês socialista da Agricultura, Stéphane Le Foll, sublinhou que a agroecologia é um “projeto coletivo que se apoia em experiências diferentes em função dos ecossistemas”, e solicitou que sejam levadas em conta as experiências dos agricultores que tão bem conhecem esses ambientes.

Graziano da Silva fez um chamado para que se empreenda uma transição agroecológica global. Assinalou que desde a Revolução Verde, a produção de alimentos enfocou em sistemas agrícolas de altos insumos químicos (como agrotóxicos e fertilizantes) e uso intensivo de recursos, com “alto impacto ambiental”, em que “o solo, as florestas, a água, a qualidade do ar e a biodiversidade continuam se deteriorando”. “O enfoque de aumentar a produção a qualquer custo não foi suficiente para erradicar a fome, embora atualmente produzimos mais do que o suficiente para alimentar a todos, e estamos vendo uma epidemia mundial de obesidade”, concluiu.⁵

A declaração final do Simpósio, na voz de Mariam Sou, de ENDA-Tier Monde, do Senegal, ressaltou vários pontos cruciais (além do que já esboçamos) e que estão coletivamente em sintonia com a visão que a CLOC e a Via Campesina têm sobre o que precisa ser feito.

Que só uma agroecologia que reconheça o legado de saberes dos povos originários da agricultura camponesa será uma ferramenta para ressaltar a profunda base tradicional que a Revolução Verde veio tentar erradicar, com o fim de impor um modo industrial que no longo prazo esperava desalojar o campesinato de suas terras.

Que as mulheres são sujeitas cruciais da agroecologia e guardiãs da biodiversidade, e que se deve reconhecer seu papel crucial na produção de alimentos, e na reprodução da vida e da economia familiar e comunitária.

Que a agroecologia não pode ser “instrumento da expansão do modo de produção agroindustrial”.

Que é crucial garantir que os povos que alimentam o mundo gozem de seus direitos coletivos sobre o controle das sementes, da biodiversidade, da terra e dos territórios, da água, de seus saberes, da cultura e de seus bens comuns.⁶ 🌱

Biodiversidade

Notas:

1 Ver <http://www.fao.org/3/I9049ES/I9049es.pdf>

2 Ibidem

3 Ibid.

4 Asociación Nacional de Agricultores Pequeños <https://www.ecured.cu/ANAP>

5 Com base na nota “Apertura del II Simposio Internacional sobre Agroecología convocado por la FAO Roma: La Vía Campesina ¡Sin nuestros pueblos, no hay Agroecología!” <https://bit.ly/2uOuDB6> y “FAO pide más apoyo a la agroecología, que puede mejorar la producción mundial” <https://acento.com.do/2018/economia/8552099-fao-pide-mas-apoyo-la-agroecologia-puede-mejorar-la-produccion-mundial/>

6 <https://viacampesina.org/es/roma-declaracion-de-organizaciones-de-productorxs-de-alimentos-a-pequena-escala-y-organizaciones-de-la-sociedad-civil/>

Colômbia

Detalhes da sentença da Corte Suprema que deu direitos à Amazônia

Em um documento de 51 páginas, o tribunal superior expressou suas razões para tomar esta histórica decisão, a primeira da América Latina contra a mudança climática. De acordo com a sua posição, nem o governo nem as autoridades locais fizeram seu trabalho para proteger do desmatamento essa zona do país.

El Espectador, 6 de abril de 2018. Uma das mais recentes decisões da Câmara de Recursos Cíveis da Corte Suprema de Justiça está repleta de fatos históricos para a jurisprudência colombiana e internacional. Suas repercussões são determinantes para a proteção do meio ambiente na luta para deter o desmatamento e na proteção de crianças e jovens que sabem que são eles os que vivem e viverão as repercussões da mudança climática. Foi precisamente um grupo de 25 colombianos, entre os 7 e 25 anos, a razão de que, na Colômbia, a região da Amazônia tenha agora os mesmos direitos de um cidadão e de que a presidência e autoridades locais e regionais estejam obrigadas a fazer todo o possível para

deter o desmatamento na selva e os efeitos da mudança climática.

A Corte Suprema de Justiça foi a encarregada de revisar, em última instância, a tutela que foi apresentada por um grupo de jovens colombianos, com a assessoria da organização *Dejusticia*. Um feito histórico desde o princípio, pois não é comum que sejam as novas gerações as encarregadas de apresentar esse tipo de recursos judiciais. No documento, os jovens pediram à justiça que protegesse seus direitos à vida, saúde, alimentação e ambiente saudável. Os jovens que assinaram o recurso judicial são provenientes das 17 regiões da Colômbia com maior risco devido aos efeitos da mudança climática. Segundo o Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais (Ideam), as cidades são: Arauca, Bogotá, Cali, Cartagena, Cubarral, Envigado, Florencia, Floridablanca, Buenaventura, Itagüí, La Calera, Leticia, Manizales, Neiva, Palmira, Quibdó e San Andrés y Providencia.

A exigência dos jovens é simples: que a presidência, os ministérios do Ambiente e Agricultura, os Parques Nacionais e as corporações autônomas regionais, as prefeituras e governações da Amazônia empreendam ações para deter a derrubada da floresta amazônica. Os



números que foram apresentados na tutela eram suficientemente alarmantes para que a Corte Suprema se pronunciasse e ordenasse o presidente Juan Manuel Santos e outras entidades oficiais a cumprirem com uma série de ordens urgentes para proteger a selva e os direitos dos jovens que apresentaram o recurso judicial. Mencionando apenas uma delas, e que o tribunal superior apontou em sua decisão, é a que mostra que, somente em 2016, a Colômbia perdeu 178.597 hectares de selva, dos quais 70.074 se encontravam no Amazonas.

O recurso foi revisado em primeira instância pela Câmara de Recursos Cíveis especializada em Restituição de Terras do Tribunal Superior de Bogotá. Foi porém negada, pois o juiz considerou que a tutela não era o mecanismo idôneo para proteger esta classe de direitos coletivos. No entanto, para a Corte Suprema de Justiça existem certos momentos em que as regras judiciais devem ser flexibilizadas e zelar, acima de tudo, pelos direitos das crianças e jovens do país e pela proteção do meio ambiente. Para o alto tribunal é claro que, neste caso, o perigo do desmatamento está vigente nas zonas onde vivem os jovens que apresentaram o recurso e que sua intervenção para reduzir os riscos deve ser imediata. Por isso a decisão do alto tribunal é uma mensagem de urgência para as autoridades.

A Corte Suprema, ao estudar em segunda instância esse expediente, fez uma recompilação judiciosa dos fatos que colocaram a mudança climática na agenda internacional de políticos, chefes de Estado e do mundo em geral. “Os ecossistemas estão expostos a situações muito extremas que impedem sua subsistência; isso traz consigo um esgotamento dos recursos naturais, sejam ou não renováveis. Enfrentamos tanto a dificuldade crescente para obter os meios de subsistência indispensáveis para a população mundial como a contaminação e mudança do nosso meio ambiente pela colonização irracional das florestas e ampliação das fronteiras urbanas, agrícolas, industriais e extrativas que aumentam o desmatamento”, assinalou o alto tribunal na sentença.

A humanidade, para a Corte Suprema, é a principal responsável por esse cenário. Entretanto, está cada dia mais consciente de que esses efeitos devem ser reduzidos seja de que forma for. Por isso explica que certas medidas devem ser aplicadas pela justiça, para que os Estados de direito protejam os direitos coletivos e deixem de pensar nos próprios interesses. “Estamos obrigados a considerar de que forma nossas obras e comportamentos diários afetam também a sociedade e a natureza”, explicou o alto tribunal, enfatizando especialmente o fato de que esse comportamento é o que pode proteger os direitos ambientais das futuras gerações.



Colhendo bananas na Colômbia. Foto Viviana Sánchez

Como principais causas do desmatamento, explicou a Corte Suprema, estão: a monopolização ilegal de terras, entre 60 e 65%; os cultivos ilícitos, entre 20 e 22%; a extração ilegal de jazidas minerais, entre 7 e 8%; os cultivos agroindustriais e a extração ilegal de madeira. “Os fatores descritos causam diretamente o desmatamento da Amazônia, provocando a curto, médio e longo prazo um prejuízo iminente e grave para as crianças, adolescentes e adultos que comparecem a esta ação, apontou o alto tribunal em sua sentença, que teve como relator o magistrado Luis Armando Tolosa.

Para a Corte Suprema de Justiça é claro que o Estado colombiano, apesar dos diferentes compromissos internacionais, não fez o suficiente para conter o desmatamento e a mudança climática no país. Isso foi dito pelo alto tribunal de maneira direta em sua sentença, e suas ordens urgentes à presidência e a diferentes entidades demonstram a importância de abordar esta questão o mais rápido possível. Entre algumas de suas decisões está a ordem à presidência e ao Ministério do Ambiente para que, em um prazo não superior a quatro meses, formulem um plano de ação de curto, médio e longo prazo para neutralizar a taxa de desmatamento na Amazônia, e assim enfrentar os efeitos da mudança climática.

O alto tribunal ordenou às autoridades supracitadas que, dentro de cinco meses, formulem um pacto intergeracional pela vida do Amazonas colombiano, no qual sejam adotadas medidas visando reduzir a zero o desmatamento e as emissões de gases de efeito estufa. Como aconteceu no caso da proteção do rio Atrato, em que a Corte Constitucional determinou que é sujeito de direito, o expediente do Amazonas promete ser um exemplo, para outros países do mundo, do avanço jurisprudencial moderno na hora de proteger o meio ambiente. Uma sentença exemplo internacional para estudo, no qual a Colômbia deve ser também exemplo na hora de ser cumprida. ♣

Com o vigor da juventude, intensifiquemos a luta pela terra e pela vida

Declaração conjunta
do Dia dos Sem Terra, 2018
29 de março de 2018

34

Este ano marcamos o Dia dos Sem Terra em meio a uma desapropriação de terra e uma intensa monopolização agrária impulsionada pela competição entre as potências globais e as elites locais para controlar os recursos mundiais, às expensas dos pequenos produtores de alimentos e da soberania alimentar dos países pobres. Isso é acompanhado por um militarismo crescente e uma repressão das comunidades rurais. Entre as pessoas mais afetadas por esse aprofundamento da pobreza e da fome, assim como pelas crescentes violações dos direitos humanos, estão as juventudes rurais.

Mas encaramos esses desafios com determinação ainda maior e com otimismo, pois confiamos na energia e no compromisso renovado da juventude para que ajudem na defesa do direito da população rural à terra e à vida.

O agravamento da desapropriação de terras. A terra é o aspecto central da vida e da sociedade rural. O aumento da mercantilização da terra com o implacável embate neoliberal, o recrudescimento do controle corporativo monopólico sobre a agricultura, a falta de uma reforma agrária autêntica que garanta o direito das pessoas à terra, e a falta de um respaldo adequado por parte do estado, estão ameaçando o acesso dos povos rurais à terra e aos recursos naturais. Os processos regionais e globais (falamos de crises econômicas e financeiras globais continuadas, da pressão para liberalizar a agricultu-

ra, da emergência de novas potências econômicas famintas por novos mercados de capital excedente, e produtos e fontes de matéria-prima, mais o surgimento de governos autoritários e fascistas) também estão provocando condições que intensificam o desassossego e os conflitos nas áreas rurais.

Assim, por exemplo, a agressiva expansão da China mediante sua Iniciativa do Cinturão e Rota da Seda (ou simplesmente Nova Rota da Seda – NRS), que contempla 890 bilhões de dólares, está saqueando e desalojando comunidades tradicionais sementeiras, pesqueiras, indígenas e outras, por todo o mundo. A iniciativa NRS, apelidada de “o maior projeto multilateral de desenvolvimento do século XXI”, envolve 65 países com 900 projetos de infraestrutura planejada, que vão do Pacífico até a Ásia Ocidental e em toda a extensão da África e Europa, e estão em andamento.

Segundo a Land Matrix, uma iniciativa independente de monitoramento dos negócios agrários, 27,6 milhões de hectares de terra agrícola em nível mundial foram transferidos para as mãos de investidores estrangeiros desde o ano 2000. A China pôde assim adquirir 2,23 milhões desses hectares apenas no período de 2000 a 2014. E foi assim que a NRS ganhou terreno.

Enquanto isto, as instituições financeiras multilaterais como o Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB) e o Banco Mundial, trabalhando com políticos corruptos e investidores estrangeiros, continuam financiando e implementando programas e projetos que resultam no deslocamento e marginalização massivas das comunidades rurais. A infraestrutura de desenvolvimento, posta em operação mediante associações público-privadas no transporte, na energia e nas chama-

das zonas econômicas, estão monopolizando ou destruindo enormes áreas de terras e outros recursos agrícolas.

A competição por terras agrícolas e recursos ocorre em meio a um intensificado militarismo das potências mundiais, encabeçadas pelos Estados Unidos. Seu eixo na Ásia, para conter a ascensão da China, significou, entre outras coisas, aumentar o respaldo aos militares da região, notórios desde muito tempo pelas suas atrocidades em relação aos direitos humanos. Têm promovido guerras e campanhas de contra-insurgência que com frequência têm como objetivo as comunidades rurais, incluídas aquelas envolvidas em conflitos agrários com governos e corporações. Isso aumentou a repressão e os abusos aos direitos humanos em áreas rurais.

As crescentes ameaças contra aqueles que defendem o acesso e controle sobre sua terra e recursos naturais não apenas perpetuam, mas também pioram o círculo vicioso do subdesenvolvimento em áreas rurais, e a pobreza e a fome entre os povos rurais. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (conhecida como FAO por sua sigla em inglês), mais de 80% das pessoas em extrema pobreza vivem em áreas rurais, e 65% trabalham na agricultura. Aproximadamente a metade dos que vivem em extrema pobreza tem menos de 18 anos.

A situação da juventude rural. As pessoas jovens no campo - que compõem 55% da população jovem em nível mundial - já sofriam, há muito tempo, limitações no acesso aos serviços básicos como educação, saúde e abrigo, assim como a oportunidades em termos de suas condições de vida e sustento. Em geral, é duas ou três vezes mais provável que os e as

juvens estejam sem emprego, segundo um relatório conjunto do Banco Mundial e do Fundo Mundial para o Desenvolvimento da Agricultura (IFAD por sua sigla em inglês). O índice de desemprego entre a juventude rural vai de 7,5% na África subsaariana, 8% na Ásia, 19,7% na Europa Oriental e Ásia Central, 21% na América Latina e Caribe, até chegar a 22% no Oriente Médio e Norte da África.

Quando essas pessoas jovens encontram emprego, a maioria permanece na economia informal ou se envolve em atividades relacionadas com a agricultura e os cuidados da casa próprios dos trabalhadores familiares, o campesinato de subsistência, pessoas com microempresas caseiras ou trabalhadores não qualificados. A experiência das jovens rurais é pior, já que também sofrem os estereótipos tradicionais e a divisão do trabalho baseados no gênero.

Esta situação das comunidades rurais, que piora inexoravelmente, está forçando a juventude rural a uma migração por trabalho. A juventude compõe a maior parte dos fluxos migratórios: os dados da FAO mostram que as pessoas entre 15 e 34 anos representam um terço de todas as migrações internacionais. No entanto, a juventude rural “é a mais propensa a migrar em resposta à falta de emprego significativo ou de oportunidades empresariais na agricultura ou em atividades econômicas rurais relacionadas”.

No coração desta falta de oportunidades para ser economicamente produtivo está a desapropriação crônica e predominante nas áreas rurais, que se agrava pela monopolização de terras e recursos.

A luta a partir de um forte movimento de jovens. Para defender o direito à terra e à subsistência, e proteger os modos de vida de suas comunidades,



Camponeses trabalhando, Colômbia. Foto: Viviana Sánchez

muitas pessoas jovens camponesas e povos originários estão na frente da luta para deter a monopolização de terras e recursos, para promover a soberania alimentar e uma reforma agrária autêntica. Isto, apesar da repressão intensificada das comunidades rurais com o objetivo de pavimentar o caminho para a agricultura corporativa de grande escala e os projetos de mega infraestrutura orientados ao lucro – processo que teve como resultado, apenas nesses 14 últimos meses, 166 pessoas assassinadas, 432 presas e detidas devido aos conflitos de terra. São jovens camponeses e camponesas, trabalhadores agrícolas e pessoas pertencentes ao monitoramento PAN Ásia e Pacífico (Panap).

É por isso que damos as boas vindas, com entusiasmo e maravilhosos, à primeira assembleia de jovens em prol da Soberania Alimentar (YFS, por sua sigla em inglês) que aconteceu de 30 de março a 2 de abril. O YFS é uma rede internacional de organizações juvenis que promove a soberania alimentar e apoia a luta camponesa em prol de uma reforma agrária autêntica e pelo reconhecimento dos direitos dos povos originários sobre seus territórios ancestrais. Nós, com força, apoia-

mos a assembleia do YFS, pois busca ressaltar as reivindicações e lutas das juventudes rurais e “recrutar o vigor da juventude camponesa para intensificar a luta pelas terras e pela vida”.

O futuro pertence à juventude, e elas e eles forjarão seu futuro com uma terra que realmente pertença àqueles que trabalham e enriquecem a terra para benefício dos povos e do planeta, e não somente para aqueles que buscam lucros para alguns poucos. 🌱

Com o vigor da juventude, nos comprometemos a intensificar nossa luta pela terra e pela vida!

PAN Asia Pacific (PANAP). Asian Peasant Coalition (APC). Peoples' Coalition on Food Sovereignty (PCFS). Youth for Food Sovereignty (PCFS). International League of Peoples' Struggle (ILPS) Commission No. 6. Coalition of Cambodian Farmers Community (CCFC). Andra Pradesh Vyavasaya Vruthidarula Union (APVVU). Aliansi Gerakan Reforma Agraria (AGRA). Roots for Equity. Pakistan Kissan Mazdoor Tehreek (PKMT). Kilusang Magbubukid ng Pilipinas (KMP). National Fisheries Solidarity Organization (NAFSO). GRAIN. E outras 81 organizações da Ásia

Chile

Encontro pelos Rios Livres na Patagônia reforça a necessidade de conhecer experiências e intercambiar estratégias de defesa

36

Com a participação de aproximadamente 60 dirigentes de diversas organizações socioambientais, representantes das bacias hidrográficas e ativistas do país, foi realizado em Coyhaique e Puerto Aysén, na região de Aysén, o V Encontro da Rede pelos Rios Livres que foi constituída em 2016.

Durante a atividade, a comunidade local apresentou a Proposta Cidadã de Política Energética para Aysén Reserva de Vida (PCPE-ARV), como instrumento orientador para impulsionar um desenvolvimento local em escala humana de responsabilidade ecossistêmica, e para diminuir a pressão sobre os rios (ver proposta).

O objetivo central das jornadas foi a projeção do trabalho da Rede, à luz do recém empossado governo de Sebastián Piñera, prevendo que o extrativismo será a pedra angular na busca do crescimento econômico do país.

Em Coyhaique falou o presidente de Ecossistemas, Juan Pablo Orrego, com uma palestra sobre bacias hidrográficas. A organização *Ríos to Rivers* explicou o trabalho que desenvolvem como grupo, buscando a proteção e conservação dos rios através de intercâmbios culturais entre jovens do Chile e dos Estados Unidos.

Também em Coyhaique, o presidente da Corporação Privada para o Desenvolvimento de Aysén, Patricio Segura, apresentou a PCPE-ARV, que se sustenta em um modelo de desenvolvimento energético menos intensivo no uso de energia, na economia e eficiência energética; a autogeração; e o mercado mediante ERNC (Energias Renováveis Não Convencionais). Posteriormente foi apresentado o trabalho da Rede e foi realizado um intercâmbio entre as delegações.

Depois o grupo dirigiu-se a Puerto Aysén, onde representantes de diferentes bacias hidrográficas que vivem conflitos socioambientais associados à intervenção nos

rios relataram sua experiência. Nesse contexto, os coordenadores de *Ñuble Libre* informaram em que etapa se encontram, produto da longa luta que levam para deter a construção do reservatório Punilla de duplo propósito (irrigação e eletricidade), que se for construído será a segunda maior obra desse tipo do Chile, com uma parede de 136 metros de altura e com 1700 hectares inundados. Isto, informaram os representantes da comunidade, afogaria a tranquilidade de San Fabián e causaria um prejuízo ecossistêmico grave. Inclusive informaram sobre o processo de criminalização que eles vêm vivendo desde o governo de Michelle Bachelet, o qual abriu um processo contra um grupo de cidadãos e cidadãs pela ocupação das instalações da empresa construtora.

Durante a tarde desse mesmo dia os integrantes da Rede transferiram-se para Bahía Acontilada, a poucos quilômetros de Puerto Aysén, onde se encontram as instalações turísticas do balneário do mesmo nome e que tinha sido parte da proposta de compensação de Energía Austral no âmbito de seu projeto de construção da represa rio Cuervo. Na ocasião, dirigentes locais como Hugo Díaz, Glenda Aldunate e Mônica Díaz relataram como, graças à organização da cidadania, a empresa Energía Austral (filial chilena da transnacional Xstrata) desistiu da construção da hidroelétrica, ficando então o espaço em mãos da municipalidade, convertendo-se assim em testemunho vivo da resistência cidadã frente a esses megaprojetos energéticos e os mecanismos de compra de vontades e corrupção que estimulam este tipo de empresas.

No último dia, o encontro foi encerrado em Coyhaique com o trabalho de comissões e uma análise de contingência político-socioambiental, que buscava projetar o trabalho da Rede frente aos desafios apresentados este ano. O encerramento se realizou no balneário Los Chochos, recuperado graças ao trabalho comunitário, onde se concretizou um diálogo coletivo junto com apresentações artísticas e culturais. Na ocasião, as vizinhas Pamela Díaz e Deisy Avendaño explicaram a experiência, e a moradora de Mañihuales relatou o trabalho que eles vêm realizando no âmbito dos encontros que o Movimento de Afetados por Represas realiza periodicamente no Brasil.

Finalizando a atividade, foi proposto que Cajón del Maipo seja a sede do VI Encontro da rede pelos Rios Livres, onde a situação do Alto Maipo será o eixo central.

Uma das conclusões das jornadas foi a necessidade de conhecer experiências e intercambiar estratégias de defesa territorial. Neste sentido, a Rede está expandindo seus canais de comunicação e mecanismos da participação, convocando a todos os que se sintam chamados a contribuir para que participem do próximo encontro. ✨

Fonte: Mapuexpress



Colômbia. Foto: Viviana Sánchez

“Não contamos com o governo para nada”

A invasão de agentes que impulsionam “projetos”, apoiada pelo Estado, aumenta a violência, apontaram os povos e organizações em defesa dos territórios indígenas e camponeses

De 12 a 14 de março, reuniram-se na cidade do México representantes de 17 povos, “junto com comunidades camponesas, organizações e coletivos provenientes de 23 estados do país, para compartilhar sua experiência de luta em defesa de seus territórios originários”. Já o título do encontro ressaltava a sensação de urgência que seria vivenciada durante os três dias de reunião: “Encontro em Defesa dos Territórios Indígenas e Camponeses frente à Invasão do Projetos Extrativos e a Violência”, onde participaram

membros dos povos rarámuri, wixárika, cora, nahua, totonaco, mephaá, zapoteco, mixe, chinanteco, mixteco, ikoots, zoque, tzeltal, lacandón, chuj e maya.

Organizado pelo Centro de Estudos para a Mudança no Campo Mexicano (Ceccam) e convocado com a Assembleia Nacional de Afetados Ambientais, o Centro Nacional de Ajuda a Missões Indígenas, Serviços do Povo Mixe, União das Organizações de Sierra Juárez de Oaxaca, o Grupo ETC e GRAIN, o encontro permitiu analisar as situações vividas nas diferentes regiões. “É evidente que aumentaram os projetos extrativos, energéticos, agroindustriais, de infraestrutura, que pretendem se instalar em nossos territórios e nos despojar de nossos bens comuns: terra, água, florestas, montanhas, mananciais e sementes, dos quais depende nossa vida como povos indígenas e comunidades camponesas. Constatamos que a invasão de nossos territórios

pelos agentes que impulsionam esses projetos, apoiados pelo Estado, traz junto um aumento da violência contra nossos povos”.

O relato é contundente: “Além de contaminar e destruir nosso habitat, as corporações vão estabelecendo linhas de corrupção em todos os níveis, desde o federal até o municipal, onde os operadores governamentais corrompem as pessoas, desinformam e promovem a divisão, trabalhando literalmente para as empresas que invadem e devastam nossos territórios. A violência destrói nossas formas de vida e convivência e a possibilidade de nos desenvolvermos como sociedades diversas. Ao destruir nossos laços de sociabilidade, essa violência se torna o modo de vida com o qual buscam nos submeter, em um círculo vicioso interminável. A violência torna-se então sistemática e termina por impor os projetos que os povos repudiam. Além disso, a ameaça, o encarceramento, ou a eliminação ou



Embaladoras de banana, Colômbia. Foto: Viviana Sánchez

o desaparecimento dos que se opõem aos projetos, instaura um clima de medo, confusão, tristeza e destruição dos cuidados próprios de nossa cotidianidade, nossas formas de organização, nossa tranquilidade e sentido de futuro como povos originários em nossos territórios”.

Frente à violência e à corrupção, junto à contra-insurgência promovida pelo governo desde a própria base da sociedade, os povos declararam-se em resistência permanente com todos os instrumentos a seu alcance, “organizativos, políticos, jurídicos” para defender seus territórios e formas de vida, suas tradições e idiomas, seus sistemas normativos e formas de governo. As comunidades estão dispostas a dobrar esforços “em prol da soberania alimentar sustentada na *milpa*, em uma relação de reciprocidade com outras comunidades, povos indígenas e lutas do país”.

Convencidas de que a comunalidade detém a delinquência, a fragmentação e a violência promovida pelo governo, declaram: “como comunidades estamos decididas a reforçar e fortalecer nosso sentido de comunidade, de trabalho em comum, de nossos cuidados diários, entre mulheres e homens, buscando convocar as novas gerações a que compreendam a urgência de reivindicar nossos valores contrários ao dinheiro com o qual querem nos comprar, e com o qual querem nos corromper.

“É crucial que trabalhem com jovens para fazê-los ver a necessidade de manter e impulsionar nossa vida comunitária como camponesas e camponeses, sem renunciar à educação nem ao mundo exterior, mas conscientes da necessidade de reconstituir nossas comunidades.

“Os projetos de devastação e espoliação, e a violência promovida pela delinquência organizada que é

uma só com as chamadas forças de segurança e o próprio governo, nos deixam com a convicção de que já não contamos com o governo para nada... As comunidades temos que construir pontes entre nós, impulsionando relações de cooperação e compartilhamento. Pois somente nós estamos defendendo a vida”.

As mulheres assinalaram: “demonstramos nosso valor ao ser as pioneiras na defesa dos territórios dos povos, reconhecemos nossa contribuição às lutas e nos comprometemos a reconhecer, respeitar e nos proteger como guias e guardiãs de nossos territórios. Não reproduziremos a violência do sistema em nossas famílias, nem em nossas comunidades. Em vez disso, temos que reproduzir, no cotidiano, os cuidados que podem nos permitir fortalecer nossos laços, nossos saberes, nossas visões e com isso convocar as jovens e os jovens para que voltem”. E concluem: “Temos que reconstituir integralmente nossas comunidades”.

Sendo povos que cuidaram do seu território desde tempos imemoriais, declaram não aceitar “a imposição de projetos decididos pelo Estado, empresas e outros agentes” que provocam a destruição de comunidades, “cancelam o futuro das próximas gerações e destruirão o país e o planeta”.

Vozes vindas de todo as direções do México se fizeram ouvir: “Frente à violência sistemática e estrutural em que nos afundou o Estado com suas condições de guerra institucional e delinquential, exigimos o fim da violência criminal e repressora contra os povos indígenas em luta, o fim do assédio, da repressão, dos assassinatos, dos desaparecimentos e da criminalização das lutadoras e lutadores sociais que defendem os territórios”.

Expressaram bem alto seu repúdio à Lei de Segurança Interna e à Lei

de Biodiversidade “que atenta contra os territórios indígenas, permite a espoliação de nossos bens naturais através de sua mercantilização, promove o saque e uma gama enorme de projetos extrativos”.

Solicitaram “a revogação das reformas energéticas que decidem o futuro do país a favor das empresas, a destruição, a contaminação, sem permitir a nós povos indígenas e camponeses decidir o futuro que queremos, e o cancelamento de todas as ordens de apreensão contra as defensoras e defensores do território”.

Exigiram que cesse a perseguição de defensores e defensoras dos territórios como também o cancelamento de hidroelétricas, barragens e transferências; o cancelamento de termoeletricas, projetos de fratura hidráulica e de energia eólica, gasodutos, oleodutos, criadouros industriais de suínos, frangos e gado; o fim da devastação, monopolização e contaminação da água e, naturalmente, dos projetos extrativos de mineração.

Por último, declaram: “Continuamos reivindicando nosso direito à livre determinação e à autonomia e, portanto, defenderemos nossos territórios e modos de vida, defenderemos nossa autoridade fundamental de dizer que sim ou que não a qualquer proposta que venha de fora. Reivindicamos nossas formas próprias de consulta, assim como nossa própria decisão de participar ou não das consultas que nos sejam propostas. Não aceitaremos as consultas manipuladas que apenas sirvam para legitimar a espoliação”. Chamaram os povos, as organizações, a sociedade civil e a população em geral para se solidarizarem com os povos indígenas do México, estar atentos às agressões que recebem e a suas resistências. ✿

China considera aumentar as penalidades contra infrações de propriedade intelectual de sementes

BEIJING, 23 de fevereiro (Xinhua). A China considera a possibilidade de aumentar as penalidades contra as infrações da propriedade intelectual (PI) na indústria de sementes, segundo um relatório apresentado perante a Assembleia Popular Nacional (APN), o órgão máximo legislativo do país.

O relatório está baseado em uma inspeção recente para comprovar o grau de aplicação da Lei de Sementes, realizada por membros do Comitê Permanente da APN em seis províncias e nos departamentos e agências governamentais competentes.

O vice-presidente do Comitê Permanente, Zhang Baowen, informou aos legisladores que, apesar das melhorias, continua havendo uma falta de inovação na hora de produzir novas variedades de sementes, e que a habilidade das empresas chinesas do setor é pouca para competir no mercado global.

Zhang citou o relatório em questão, que aponta o reforço à proteção da PI como uma medida importante para estimular a inovação.

Os legisladores propõem, no trabalho, transformar em delito a violação dos direitos de um criador sobre as novas variedades de sementes e aumentar as penalidades para os infratores. Também recomendam simplificar o procedimento para acusar aqueles que vendam sementes sobre as quais não tenham os direitos.

Falsificar as marcas registradas e certificadas de sementes ou infringir os direitos sobre as novas variedades é no momento um ilícito civil.

Deve ser considerada a aprovação de uma legislação que elabore um sistema integral de PI para as plantas e as técnicas de cultivo, que utilize as patentes, as marcas registradas e outros direitos, indicaram os legisladores.

A China conta com 4.300 companhias de sementes certificadas, e as 50 maiores abarcam 35% do mercado nacional, segundo o relatório. Porém, comparadas com suas competidoras ocidentais, as chinesas destinam menos para pesquisa e desenvolvimento.

Zhang afirmou que a indústria das sementes é considerada fundamental e estratégica para o Estado, e que tem sido solicitado às empresas chinesas que criem sementes de qualidade para garantir a segurança alimentar. 🌱

http://spanish.xinhuanet.com/2018-02/23/c_136994648.htm



Colhendo café, Colômbia. Foto: Viviana Sánchez

Nossas próprias agendas políticas

Acaba de sair o número 69/70, correspondente a abril, da revista Semillas, publicada pelo Grupo Semillas, parte da Alianza Biodiversidad. Diz o editorial deste número:

Em 2017 iniciou-se a implementação dos acordos de paz entre o governo nacional e as FARC, em meio a grandes dificuldades, disputas, desafios e expectativas da sociedade de alcançar mudanças políticas, socioeconômicas e de participação cidadã, que permitam ir fechando as enormes lacunas de desigualdade e exclusão, especialmente no campo colombiano. O governo nacional, durante 2017, teve a oportunidade de aprovar no Congresso, no âmbito do “fast track”, atos legislativos que fossem prioritários e fundamentais.

Porém, nesse período, o Congresso expediu somente 34 decretos-lei, dos quais 12 são direcionados para viabilizar aspectos da Reforma Rural Integral (RRI). Os novos projetos de lei somente poderão ser aprovados por trâmites comuns no Congresso, processos que serão complexos, imprevisíveis e difíceis de implementar.

O processo de implementação dos acordos de paz permitiu mostrar mais claramente que a política rural e agrária nos últimos anos busca promover, implementar e consolidar modelos de desenvolvimento rural baseados na produção agroindustrial, como alternativa para modernizar e concentrar o controle corporativo do campo. Sob as premissas de produtividade, eficiência e competitividade contempladas nas políticas estabelecidas no plano estratégico de ciência, tecnologia e inovação do setor agropecuário (PECTIA, 2017-2027), entre outras normas estão as leis de propriedade intelectual, a lei Zidres e a lei de inovação agropecuária. Também seguem esses enfoques os novos projetos de lei que querem aprovar nas próximas legislaturas (como são a lei de terras, a lei de adequação de terras e o decreto de bancos de sementes crioulas, entre outras), que em geral continuam invisibilizando e desconsiderando o mundo étnico e camponês.

Em seguida à assinatura dos acordos de paz, a saída das FARC de muitos territórios em regiões florestais da Amazônia, da Orinoquia e do Pacífico, e a concentração

dos ex-combatentes nas zonas de integração, gerou o remanejamento dos grupos armados ilegais que disputam o controle político, econômico e social de territórios estratégicos. Nessas regiões está acontecendo um aumento alarmante de desmatamento e degradação dos ecossistemas onde intervêm não somente outros atores armados ilegais que continuam nesses territórios, mas também atores políticos e da economia formal e ilegal que estão aumentando as áreas de cultivos de uso ilícito, a concentração de terras, a mineração ilegal e o desenvolvimento de novos projetos agroindustriais e de infraestrutura.

Em meio às dificuldades da implementação do processo de paz e do avanço dos modelos extrativos de mineração e energia, que procuram passar por cima das populações e territórios rurais, surgiram no país numerosas iniciativas de consultas populares que buscam que os cidadãos exerçam o direito à autodeterminação do futuro de seus territórios, frente à implementação desses modelos de desenvolvimento. Em todos os municípios em que foram realizadas estas consultas, os cidadãos, majoritariamente, disseram NÃO a essas atividades extrativas. Hoje, mais de 50 municípios estão tramitando seus processos de consultas populares apesar do governo estar buscando com afinco a maneira de limitá-las ou invalidá-las. Todas estas iniciativas populares nos mostram caminhos que permitam o exercício dos direitos dos cidadãos à participação e autodeterminação, e que sejam plenamente reconhecidos pelo estado colombiano.

Também é digna de nota a declaração recente do município de San Lorenzo (Nariño) como território livre de transgênicos. Esta iniciativa de origem popular e expedida pelas instâncias do governo municipal, é uma referência política muito importante, visto que a cidadania tomou decisões autônomas sobre implementar uma agricultura baseada em sementes crioulas e não manipuladas geneticamente. Este é um passo muito importante para a garantia do direito a uma alimentação saudável.

As organizações sociais, camponesas e étnicas vêm construindo no país tecidos sociais e territoriais que buscam soluções aos profundos problemas ambientais, produtivos e de coexistência cidadã, que vão além dos alcances dos acordos de paz. É neste contexto que as organizações da Cumbre Agraria, camponesa, étnica e popular, as redes de produtores de agricultura familiar e diversas organizações ambientais e rurais, devem buscar suas próprias agendas políticas e suas alternativas técnicas e produtivas, que permitam garantir a sustentabilidade dos territórios e dos meios de vida das populações. 🌱



A revista *Biodiversidad, sustento y culturas* em versão digital, em espanhol, está disponível em:

www.grain.org/biodiversidad

A Alianza Biodiversidad também produz Biodiversidad en América Latina, disponível em:
<http://www.biodiversidadla.org>

A Alianza é composta, atualmente, por doze movimentos e organizações que atuam ativamente nestes temas na região:

GRAIN, Argentina, Chile e México (<http://www.grain.org>)

REDES - Amigos de la Tierra, Uruguai (<http://www.redes.org.uy>)

ETC Group, México (<http://www.etcgroup.org>)

Grupo Semillas, Colômbia (<http://www.semillas.org.co>)

Acción Ecológica, Equador (<http://www.accionecologica.org>)

Campanha Mundial da Semente da Via Campesina América Latina (<http://www.viacampesina.org>)

CLOC - Coordinadora Latino-americana de Organizações do Campo
(<http://www.cloc-viacampesina.net/>)

Acción por la Biodiversidad, Argentina (<http://www.biodiversidadla.org>)

Red de Coordinación en Biodiversidad, Costa Rica (<http://redbiodiversidadcr.info/>)

Centro Ecológico, Brasil (<http://www.centroecologico.org.br/>)

BASE-IS, Paraguai (<http://www.baseis.org.py/>)

Colectivo por la Autonomía - COA, México (<http://colectivocoa.blogspot.com/>)

Sítios temáticos:

<http://www.farmlandgrab.org/> e <http://www.bilaterals.org/>

A *Alianza Biodiversidad* convida todas as pessoas interessadas a apoiarem seu trabalho de articulação em defesa da biodiversidade nas mãos dos povos e comunidades. Os fundos arrecadados através das doações serão destinados a fortalecer os circuitos de distribuição da Revista Biodiversidade, Sustento e Culturas, bem como sua impressão nos diferentes países em que a *Alianza Biodiversidad* atua http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas_y_Acciones/DONAR_-_Alianza_Biodiversidad

Biodiversidade, sustento e culturas é uma revista trimestral (quatro números por ano). A versão eletrônica é distribuída gratuitamente para todas as organizações populares, ONGs, instituições e pessoas interessadas.

Para recebê-la, favor enviar uma mensagem de e-mail com sua solicitação para:

Acción por la Biodiversidad

sitiobiodla@gmail.com

Assunto: assinatura da revista

Por favor, enviem os seguintes dados:

Correio eletrônico, Organização, Atividade principal da organização, Nome e sobrenome, Telefone, País, Endereço postal: código postal, cidade, província (município), departamento (estado ou entidade)

